



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública/Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0166/15	DATA: 25/03/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 09h48min	TÉRMINO: 12h44min	PÁGINAS: 66

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALDO REBELO - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

SUMÁRIO

Debate sobre os planos, programas e projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para os próximos anos. Deliberação de itens da pauta.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breves intervenções.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Senhoras e senhores, declaro aberta a presente audiência pública, fruto do Requerimento nº 1, de 2015, de autoria do Deputado José Rocha e subscrito pelos Deputados Marcelo Aguiar, Flavinho, Bilac Pinto, William Woo, Pedro Cunha Lima, JHC, Cabuçu Borges e por esta Presidência.

Este evento tem por objetivo especialmente conhecer e discutir os planos, programas e projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação.

Agradeço a presteza — e por que não dizer o carinho — do Ministro Aldo Rebelo, por atender ao nosso convite, convite não só desta Presidência, mas em especial de todos os Deputados que subscreveram o requerimento, e estar aqui hoje. É uma honra para nós recebê-lo, Ministro, ainda mais V.Exa. que já foi Presidente desta Casa.

Convidamos para falar sobre o assunto o Exmo. Sr. Ministro de Estado Aldo Rebelo, que já se encontra aqui ao meu lado. Mais uma vez agradeço ao Ministro a presença, que atendeu gentilmente e prontamente o convite de visitar esta Comissão. Passo a palavra a S.Exa. Peço a atenção de todos, para ouvir o Ministro Aldo Rebelo, que terá a palavra pelo tempo regimental de 30 minutos, podendo este se estender.

Antes, porém, comunico aos Deputados que nós teremos uma pauta extensa hoje. Portanto, peço a todos que, após a audiência pública, permaneçam na Comissão para que nós possamos votar esta pauta que, repito, é extensa e para que a Comissão possa dar continuidade ao seu funcionamento.

Tem a palavra, portanto, o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo. (*Palmas.*)

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Bom dia, prezado Presidente Fábio Sousa! Muito obrigado por suas palavras de acolhida e de generosidade. Muito obrigado. De fato, é uma alegria e uma honra poder retornar à Câmara dos Deputados, falar à Comissão presidida por V.Exa. e prestar contas aos representantes do povo, aos queridos Deputados integrantes desta Comissão.

Eu quero abraçar a todos aqui presentes, na figura dos decanos, o Deputado Silas Câmara, que vejo ali, meu companheiro de muitas jornadas e de muitos



mandatos, e o Vice-Governador Rômulo Gouveia, com quem também pude aqui trabalhar durante mandatos anteriores.

A Câmara dos Deputados de fato tem e recebe de minha parte não só o apreço, o respeito, a admiração e o carinho, como a instituição democrática mais longeva, mais antiga do povo brasileiro, instituição nacional. Nós temos algumas Câmaras Municipais mais antigas do que a Câmara dos Deputados, mas, como instituição nacional, a nossa instituição é a que tem o maior período de funcionamento em defesa da democracia e dos interesses do povo brasileiro.

A matéria da qual trataremos aqui diz respeito a uma necessidade decisiva para o projeto de construção de um país desenvolvido, de um país independente, socialmente equilibrado e democraticamente maduro. Ciência, tecnologia e inovação constituem hoje alicerces para a construção de qualquer projeto nacional que reúna equilíbrio, democracia e independência.

Eu não vou tratar detalhadamente de todos os planos. Aliás, sugiro à Comissão que, se puder, em algum momento, em futuro próximo, ouça os responsáveis de cada uma das áreas do Ministério.

Nós temos Secretarias que estão aqui representadas por seus titulares, como o Prof. Jailson Bittencourt de Andrade, da gloriosa Universidade Federal da Bahia, Secretário de Programas do Ministério; o Prof. Oswaldo Baptista Duarte Filho, ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos, Secretário de Inclusão Social; o Prof. Armando Zeferino Milioni, professor do ITA, o nosso Secretário de Inovação; o Secretário-Executivo, ex-Reitor da Federal de Santa Catarina, Prof. Álvaro Toubes Prata. Podemos ainda contar, embora não esteja aqui hoje, com o Presidente da FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos, além de pesquisa, uma espécie de banco que financia empresas, financia instituições públicas, que é presidida também pelo Prof. Luís Manuel Rebelo Fernandes; contar com o CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, presidido pelo Prof. Hernan Chaimovich, da USP.

Eles poderiam de fato, em algum momento, o que eu acho seria de utilidade para a Casa, para a Comissão, informar-lhes detalhadamente cada um dos programas e dos projetos não só de interesse nacional, mas também de interesse dos Estados e dos Municípios, que é o mais importante.



A minha missão é informar, num panorama mais geral, as preocupações, os objetivos do Ministério diante das necessidades do Brasil. Ciência, tecnologia e inovação são disciplinas relacionadas às aspirações do nosso povo e do nosso País e ao desenvolvimento econômico, ao desenvolvimento social e à consolidação da nossa democracia.

Quando a sociedade conhece progressos materiais e espirituais, quando a sociedade consegue gerar bem-estar, elevar o padrão de vida da população, isso se traduz de fato em avanço do processo democrático. Quando a sociedade não consegue avançar em conhecimento, ela vai ficando para trás no concerto das nações. Esse é o processo histórico.

Países que inovam, apoiados em ciência, em pesquisa, em desenvolvimento, são países que ocupam posições de destaque no concerto das nações. Eu sempre cito um exemplo, porque ele é muito conhecido e pode ser tomado como paradigma, já que envolve dois grandes países, duas grandes nações e uma grande inovação na história da humanidade, na história recente: o caso da Inglaterra e o da China.

No fim do século XVIII, começo do século XIX, a China era a maior potência econômica do mundo, Evandro. Era um país que tinha uma poderosa indústria têxtil; era um país economicamente muito forte, com um grande comércio; tinha uma grande Marinha. A Inglaterra acabara de inventar a máquina a vapor, que, como consequência, produziu a indústria a vapor, o tear mecânico e uma Marinha equipada com motores a vapor. O rei da Inglaterra mandou uma missão a Pequim para oferecer as conquistas da nova tecnologia aos chineses, e os chineses não viram nenhuma necessidade de acolher aquela oferta, embora tivessem tratado com todo requinte a grande delegação do rei da Inglaterra, que era constituída por mais de cem diplomatas e comerciantes. No fim das contas, não houve negócio. O resultado é que depois os ingleses retornaram à China não mais com oferta de comércio, mas para uma guerra. Eles ocuparam os portos chineses e ficaram lá durante muito mais do que 100 anos — o último porto chinês foi devolvido no fim do século passado. E a Inglaterra tornou-se a maior potência econômica do mundo até ser ultrapassada, no século passado, pelos Estados Unidos.

Então, foi com base em uma inovação que deu força econômica e militar que a Inglaterra suplantou os concorrentes e tornou-se a potência hegemônica do



mundo. Da mesma forma também os Estados Unidos, com a sua capacidade de inovar sua indústria, permitiu sua supremacia econômica e militar.

Aqui, o Brasil, para se consolidar como Nação e para obter sua independência, também enfrentou esses desafios. Há um episódio exemplar do que representa a economia, a indústria e a inovação que foi quando a rainha de Portugal mandou arrancar os teares e fechar as indústrias incipientes no Brasil, no fim do século XVIII, para que ela não estabelecesse concorrência com a indústria portuguesa ou com a indústria inglesa, com a qual Portugal tinha acordo. Então, saíram os gendarmes, os policiais percorrendo o interior de São Paulo — até em Sorocaba eles foram, Deputado Lippi, arrancar os teares e fechar as nossas indústrias têxteis. Em Minas e no Rio arrancaram tudo, e quem denunciasse ainda recebia um prêmio, que era para não haver a concorrência da nossa indústria, ainda uma colônia, com a indústria de Portugal e da Inglaterra.

Então, o país que tem como objetivo se consolidar no mapa do mundo e não ser apenas uma referência geográfica, mas conquistar uma posição econômica, geopolítica e se constituir como uma democracia digna de nome tem que ter como base uma ciência desenvolvida, avanços tecnológicos e uma grande capacidade de inovação.

Nós temos a sorte de ter no Brasil, como construtor da nossa independência, um homem que tinha exatamente esta compreensão: a visão de que o Brasil precisava construir o seu futuro apoiado na ciência, nas novas tecnologias e na inovação. Esse foi o pensamento do nosso patriarca, José Bonifácio de Andrada e Silva, ele próprio um grande inovador, um grande pesquisador, um homem que percorreu o Brasil e o mundo como mineralogista, não era apenas um líder político. Quando ele pensou a independência do Brasil, concebeu o Brasil exatamente como um país que se apoiasse no que havia de mais avançado, na época, que era o desenvolvimento científico, as novas técnicas e a capacidade de inovação. José Bonifácio pensou um Brasil que continua atual até os dias de hoje, em todos os aspectos, da preservação da natureza, do meio ambiente. Foi ele que criou o conceito de reserva florestal, e pensou como um conceito econômico, não apenas como conceito ecológico. Havia a função ecológica, mas ele achava que, para manter o desenvolvimento do País, para ter uma Marinha adequada, o País



precisava ter uma reserva de madeira para construir os barcos, a Marinha Mercante, a Marinha de Guerra, os engenhos, para assentar os trilhos do transporte; para tudo isso se precisava de madeira. Ele achava que, se não houvesse uma lei protegendo, a madeira ficaria cada vez mais inacessível para que pudesse ser economicamente utilizada. Então, José Bonifácio teve essa capacidade. Acho que, de certa forma, esse pensamento e a presença do José Bonifácio terminaram por iluminar, pelo menos periodicamente, os estadistas e os governantes do Brasil.

Ao nascer da República, nós tivemos também, em vários domínios, homens que se preocuparam com o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Nós tivemos, no Rio de Janeiro, preocupações principalmente na área da saúde, com a criação de institutos que buscavam a vacinação em massa da nossa população em um período em que havia até resistência política às campanhas de vacinação em massa. Até as revoltas eram estimuladas por razões políticas, mas os nossos cientistas e pesquisadores enfrentaram isso com a convicção que a ciência e o espírito público podem oferecer.

Nós sabemos que, apesar das dificuldades econômicas que enfrentamos hoje, o Brasil esteve, durante a maior parte do século XX, entre os países que mais se desenvolveram no mundo. O Brasil teve, durante 80 anos do século XX, uma taxa de crescimento superior à de qualquer país do mundo, mesmo a do Japão, mesmo a dos Estados Unidos e mesmo da União Soviética, na época do milagre soviético dos anos 30, quando o país cresceu a taxas superiores a 12%. Mesmo considerando esse milagre econômico da União Soviética, do Japão, dos Estados Unidos, o Brasil, durante 80 anos, teve taxas de crescimento superiores. O Brasil foi detentor, durante muito tempo, de uma enorme capacidade, na periferia do sistema capitalista — porque nós estávamos na periferia, o centro do sistema estava na América do Norte e na Europa —, de se constituir como uma economia de grande dinamismo. Isso demonstra a nossa grande capacidade de criar e de inovar também nas ciências humanas, nas ciências sociais e nas ciências econômicas.

Depois, nós enfrentamos um grau de dificuldade, que em parte pode ser atribuído ao que acontece no mundo: ao baixo dinamismo da economia americana e da economia europeia, o que de certa forma foi compensado com o elevado crescimento da economia chinesa, que nos ajudou na primeira década deste século.



Mas, mesmo hoje, a China já não conhece a mesma velocidade e a mesma intensidade de há alguns anos. A própria China hoje, também, já desacelera um pouco o seu crescimento.

A nossa perda de dinamismo deve-se também aos nossos próprios problemas, que não são pequenos. Eu sei que, se nós quisermos ter uma expressão mais acabada, mais exata, uma radiografia mais nítida das nossas dificuldades e, portanto, da nossa necessidade de inovar, nós precisamos fazer a leitura de um dos nossos itens: as contas externas do Brasil. Esse item foi revelado no ano passado, quando nós tivemos o maior déficit em transações correntes da história do Brasil. Esse déficit revela as nossas deficiências. Nós temos o déficit maior exatamente na rubrica de aluguel de máquinas e equipamentos que não fabricamos no Brasil, na remessa de *royalties* e de lucros em todas as áreas de maior competitividade da economia do mundo, com exceção da indústria aeronáutica, onde nós somos superavitários. Tirando a indústria aeronáutica, por exemplo, na área de fármacos, de medicamentos, e de informática, a nossa situação é de grande dificuldade.

Nós temos o caso do petróleo, da PETROBRAS, que, além de ser uma grande alavanca indutora de investimentos, ela própria uma grande inovadora, também, precisa, por exemplo, alugar equipamentos, máquinas, perfuratrizes, sondas que têm que ir a milhares de metros abaixo do nível do mar. O aluguel de algumas dessas máquinas custa até 500 mil dólares por dia, e não são poucas, não é em pequena quantidade. Ou seja, nós alugamos essas máquinas porque não conseguimos fabricá-las. Tentamos, pelo menos, fabricar algumas que são menos intensivas em tecnologia — pelo menos, parte delas —, como o casco, por exemplo, que não exige tanta tecnologia. Mesmo assim, nós ainda recebemos o combate no sentido de que estamos tentando reinventar a roda, de que estamos tentando essa coisa do conteúdo nacional. Dizem que não vale a pena. Claro que vale a pena! Todo país procura fabricar suas próprias máquinas. Só as importa quem não as fabrica ou quem não as pode fabricar ou quem não sabe fabricá-las. Todo mundo procura fabricar seus equipamentos, porque a aquisição deles e seu aluguel, além de custar muito caro, também são muito incertos. Amanhã pode ocorrer não se querer alugar esses equipamentos e essas máquinas, e o País fica completamente desprotegido.



Então, é nossa necessidade inovar parte de uma necessidade econômica. Se nós não quisermos continuar acumulando déficits gigantescos e crescentes nessa conta com o mundo, precisamos cuidar de preparar melhor a nossa indústria.

Quando nós vemos essa insatisfação de setores da classe média — e não é propriamente uma insatisfação com um governo ou com outro, é uma insatisfação que parte também de uma situação real, ou seja, a perda da nossa capacidade industrial... A classe média urbana é um fenômeno da indústria. Em essência, a classe média urbana é uma criação do desenvolvimento industrial. Quando o País começa a perder capacidade industrial, essa classe média vai se sentir naturalmente ameaçada. Nós estamos perdendo capacidade industrial já há algum tempo.

Tivemos a felicidade, nos últimos 10 anos, de criar mais de 20 milhões de empregos. Isso é um fenômeno, porque o mundo marchou, com exceção da China, na contramão desta tendência. Enquanto no Brasil nós criamos 20 milhões de empregos, na Europa perderam-se 60 milhões de empregos. No entanto, é preciso registrar um detalhe: nós criamos mais de 20 milhões de empregos de até 1,5 salário mínimo, e nós perdemos 4 milhões de empregos de mais de dois salários mínimos. Então, nós perdemos empregos de alta ou de média tecnologia e geramos empregos de baixa tecnologia. Emprego de baixa tecnologia é emprego de salário menor. Isso gera, naturalmente, um desconforto. Você não precisa mostrar para um cidadão de classe média uma estatística dessa. Ele pressente isso, ele sabe que aquele emprego foi perdido.

O Ministério da Indústria e Comércio faz uma classificação dos produtos industriais que nós exportamos e os classifica em quatro níveis: produtos de alta tecnologia, produtos de média e alta tecnologia, produtos de média e baixa tecnologia e produtos de baixa tecnologia. Essa classificação, há 10 anos, indicava que quem puxava as exportações do Brasil eram os produtos de alta tecnologia. Essa tendência inverteu-se. Nós estamos exportando mais produtos de baixa tecnologia e exportando menos produtos de alta tecnologia. Por que nós estamos exportando mais produtos de baixa tecnologia do que produtos de alta tecnologia? Porque estamos perdendo a capacidade de inovar.

Schumpeter, o grande teórico da inovação, um economista do século passado, dizia que uma inovação na competição entre as empresas podia ser





comparada ao efeito de um bombardeio com um leve forçar de portas. Ou seja, quando uma empresa consegue inovar no mercado, é como se ela estivesse fazendo um bombardeio numa guerra. Quando não se inova, não se consegue nem forçar a porta da concorrência. Então, quando a sua economia perde a capacidade de inovar, você perde a capacidade de competir, você perde a capacidade de concorrer, e você vai, então, ter a sua indústria e o seu emprego industrial sendo substituídos pela indústria e pelo emprego industrial do seu concorrente.

Eu não quero aqui entrar no mérito da cadeia de motivos, porque não é só um motivo que nos leva à dificuldade de inovação e de perda de competitividade. Mas eu quero me restringir ao fator inovação. Por que nós não inovamos e o que precisamos fazer para inovar? Primeiro, precisamos partir da nossa base, da nossa realidade.

O Brasil tem um sistema razoavelmente sofisticado e complexo de ciência e pesquisa: nós temos grandes instituições de pesquisa; nós temos dezenas de entidades; nós temos universidades com níveis diferenciados de capacidade de pesquisa, e algumas muito importantes. Então, nós temos um sistema razoavelmente sofisticado. Em algumas áreas nós já demonstramos a nossa excelência. Conseguimos manter uma empresa entre as três mais competitivas e as três mais importantes no mundo, numa indústria de ponta, que é a indústria aeronáutica: a EMBRAER. Mas por que nós temos a EMBRAER? Nós a temos a EMBRAER porque, ao lado dela, temos o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, uma unidade de excelência de formação acadêmica, e nós temos ao lado desse Instituto o CTA — Centro Tecnológico da Aeronáutica. Ambos integram-se, ou integraram-se, para produzir a excelência da EMBRAER.

A EMBRAER foi criada no fim dos anos 40 graças ao esforço coletivo de muitos sonhadores, mas principalmente à tenacidade de um militar cearense, o Brigadeiro Casimiro Montenegro, que foi aos Estados Unidos e lá procurou um instituto de excelência, o MIT — Massachusetts Institute of Technology, que é o Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Com base nesse modelo, o pessoal do MIT veio ao Brasil e ajudou o Brigadeiro e os seus amigos a montar o ITA. Depois do ITA veio o CTA e depois deste veio a EMBRAER.



É curioso o fato relatado pelo Prof. Armando Milioni, nosso Secretário, que estudou lá no ITA: no começo dos anos 60, o Brigadeiro Eduardo Gomes, para economizar — o ITA está no orçamento da aeronáutica, ou, pelos menos, estava na época —, cogitou fechar o ITA, porque era uma despesa de fato e talvez pesasse mesmo no orçamento da Força Aérea.

O ITA não foi fechado, porque resistiram, e permaneceu por lá. Hoje 1 ano de exportação da EMBRAER paga 100 anos de orçamento do ITA.

Então, quando se investe em conhecimento, na verdade, está-se maturando investimentos em empregos, em indústria, em impostos, em tributos. Essa é a leitura que nós queremos fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Eu prorrogo o tempo de V.Exa.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Eu já falei 30 minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - V.Exa. ainda tem o tempo regimental, Ministro.

Só para o Ministro, por gentileza.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Parece conversa de meio de feira: você vai falando e não vai prestando atenção no tempo. Mas eu vou concluindo por aqui.

Nós temos esse sistema com algum grau de sofisticação. Há pesquisadores importantes em várias áreas do conhecimento. Eu dei o exemplo da EMBRAER, mas podia dar o exemplo da agropecuária. Nós somos um dos três países do mundo que registra mais patentes na área da agroindústria. A nossa EMBRAPA é líder mundial em patentes de agropecuária.

Então, é um exemplo, também, da nossa capacidade. O Cerrado que vivia meio abandonado para a agricultura... Eu assisti aqui a uma entrevista, Presidente, de um pesquisador que disse o seguinte: *“A EMBRAPA abriu uma unidade em Brasília. Nós viemos aqui para Brasília, mas para pesquisar o que em Brasília?”* *“O Cerrado”* *“Ah, mas a terra do Cerrado tem muita dificuldade.”* *“Vamos enfrentar a dificuldade”*. Hoje, a EMBRAPA consegue fazer, a partir da semente, verdadeiros milagres para a produção da agricultura no Brasil, desde o milho no Semiárido — a EMBRAPA consegue conceber uma semente que faz a absorção da água por mais tempo e resiste, portanto, mais tempo à escassez da água, um milagre para o



agricultor do Semiárido — até a melhoria da semente da soja para a elevação da produtividade e, portanto, da renda e dos tributos que os agricultores pagam ao Governo com a atividade da nossa EMBRAPA.

Os recursos têm sido ampliados no Brasil. Nós temos destinado mais recursos. A FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos tem multiplicado os recursos, o CNPq tem tido mais recursos, o orçamento do Ministério tem tido mais recursos. Nós perdemos alguma coisa recentemente com o contingenciamento ou com o fim dos recursos que vinham do petróleo e que foram para o pré-sal, mas que não foram regulamentados para a Ciência, Tecnologia e Inovação, só foram para a Saúde e a Educação, o que eu acho que foi um erro da nossa parte. Como é que se regulamenta educação e tira ciência, tecnologia e inovação? Acho que nós precisamos, na nova regulamentação, incluir Ciência, Tecnologia e Inovação, e estamos trabalhando numa proposta para apresentar ao Congresso e ao Governo.

Então, nós ampliamos os recursos, criamos instrumentos importantes. No ano passado, criamos a EMBRAPII — Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, que é uma EMBRAPA voltada para a indústria. Ou seja, nós vamos aproximar o Governo, as instituições de pesquisa das necessidades das empresas para a inovação. Em última instância, a inovação tem que chegar às empresas, tem que se transformar numa alavanca de competitividade da nossa indústria, do nosso setor de serviços, da nossa economia.

Nós temos dado passos importantes nisso. No primeiro Governo do Presidente Lula, nós chegamos ao fim do governo com o fim do contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O nosso saudoso e querido amigo Eduardo Campos conseguiu, na época, um acordo que, durante os quatro anos, nós chegamos ao contingenciamento zero do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

No ano passado, por decreto, criamos as plataformas que serão também instrumentos importantes de resolução dos gargalos e dos desafios para a inovação no Brasil. A Presidente Dilma criou essas plataformas por decreto. Cinco prioridades já foram estabelecidas, e nós vamos definir a implantação paulatina dessas plataformas, que também serão instrumentos importantes para a inovação.



O Congresso está nos ajudando ao votar a PEC da Ciência, Tecnologia e Inovação, que já foi promulgada pelo Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros. Há 15 dias nós votamos aqui a urgência de outra matéria importante para a Ciência e Tecnologia e Inovação. Nós contamos com o apoio desta Comissão, do nosso Presidente e da Casa para remover obstáculos burocráticos ao desenvolvimento da ciência, da pesquisa e da inovação.

Então, acho que nós devemos olhar para o futuro, Presidente, com a visão crítica, porque só a visão crítica nos permite perceber as nossas deficiências e os desafios a serem superados, mas, ao lado da visão crítica, com a visão otimista. E não é o otimismo cego e ingênuo, mas o otimismo baseado nos êxitos e nas vitórias que o nosso País alcançou até hoje.

O País, em meio a tantas dificuldades, é a sétima economia do mundo; o País, em meio a dificuldades, consegue gerar empregos; o País, em meio a tantas dificuldades, consegue manter o seu sistema democrático funcionando plenamente; o País consegue ter a agricultura mais competitiva do planeta, enfrentando a sabotagem interna, muitas vezes, de organizações internacionais financiadas pelos nossos concorrentes lá fora, que nos sabotam aqui, prometendo legislações que não existem em nenhum lugar do mundo. Nós temos a legislação ambiental mais rigorosa do mundo. Desafio qualquer um a apresentar qualquer país dito civilizado que tenha o rigor da nossa legislação ambiental, das nossas exigências ambientais.

Então, é um país que consegue ter uma indústria competitiva em áreas de ponta, como a aeronáutica. Eu acho que este País tem que ser olhado com uma visão crítica, mas também com otimismo e com confiança.

Muito obrigado mais uma vez, prezados amigos, prezado Presidente.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Agradecemos não só a presença, mas a explanação do Ministro Aldo Rebelo, da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Eu vou passar a palavra aos autores do requerimento. Só quero pedir aos senhores que nós obedeçamos ao Regimento. O tempo regimental será de 5 minutos para cada Deputado e 10 minutos no caso dos autores. Peço a cada um que seja gentil e encurte o máximo possível o tempo. Nós vamos cronometrar e



vamos ser rigorosos nessa questão. Mas eu peço que sejam mais gentis, porque nós temos uma pauta na nossa Comissão, e eu gostaria muito de colocá-la em votação ainda hoje.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Tem a palavra V.Exa., Deputado Silas Câmara.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, eu tenho uma relatoria e tenho um projeto que deve ser votado na pauta da reunião ordinária de hoje. Eu sou Relator da Medida Provisória nº 660 e tenho uma reunião agora, às 10h30min, no Senado, para fechar o relatório com o Presidente e o Relator que vai fazer a correção no Senado Federal.

Então, eu queria perguntar a V.Exa. qual o número de pessoas inscritas, porque dá para calcular o tempo que vai ser utilizado. Quem sabe eu vou lá, volto e não preciso retirar essas matérias de pauta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Deputado, pelo tempo que a gente estima para cada fala, se cada um for gentil, deve ir até umas 11 horas ou 11h15min, tranquilamente.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Perfeitamente, Presidente. Mesmo que eu não esteja aqui, peço a V.Exa. e aos companheiros a pequena tolerância de só me dar um alô para dizer que começou, e eu corro até aqui.

Quero saudar o Ministro Aldo Rebelo, meu companheiro, meu amigo. Ouvi-lo falar sempre é um privilégio, e da forma despretensiosa e com a profundidade que fala, mais ainda. Deus abençoe o seu Ministério. Um abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - O Deputado José Rocha, autor do requerimento, está em missão oficial. Portanto, eu vou passar a palavra aos subscritores do requerimento, se quiserem falar, evidentemente.

O primeiro é o Deputado Marcelo Aguiar. Tem V.Exa. a palavra como subscritor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR** - Bom dia, Presidente, Ministro Aldo Rebelo. Bom dia a todos os Deputados e amigos presentes.

Eu quero apenas parabenizar o Ministro nesta manhã pela explanação e por tudo aquilo que colocou aqui em termos de inovação, de investimentos e de tudo



aquilo que já foi realizado no Brasil. Nós reconhecemos o seu trabalho por cada Ministério por que passa e sabemos da sua competência. Sabemos que estamos num ano difícil, em que o orçamento foi votado há pouco tempo, e sabemos das dificuldades que terá pela frente. Então, quero parabenizá-lo, porque já deu para ter uma ampla ideia daquilo que será a realização do seu trabalho durante este ano no Ministério.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Só para uma questão de organização, vou chamar quatro Deputados e, posteriormente, darei a palavra ao Ministro.

Com a palavra o Deputado Flavinho, também subscritor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO FLAVINHO** - Eu queria dar o meu bom-dia também ao Ministro, ao Presidente e a todos os Deputados presentes.

Ouvindo a fala do nosso Ministro, realmente o nosso coração tem que se encher de esperança, porque de esperança temos que viver num país onde temos visto tanta coisa ruim acontecer, tantas notícias negativas com relação à política, à ética, à moral, ao Governo atual. Então, realmente, são palavras que precisam encher os nossos corações de esperança, e, ao mesmo tempo, estando cheios de esperança, nós temos que levar esperança para esse povo que está aí nas ruas, pessoas, na sua grande maioria, desesperadas com a situação atual do nosso País.

Eu sou da região de São José dos Campos, juntamente com o meu amigo querido, o Deputado Eduardo Cury, aqui presente também. Somos ali de São José dos Campos e acompanhamos muito de perto essa realidade que o senhor trouxe, do ITA, da EMBRAER e de outras empresas ligadas à tecnologia que estão ali na nossa região. E me sinto muito honrado em representar essa região, que é um polo tecnológico do nosso País.

Mas, ao mesmo tempo, entristece-me saber que, em relação à representatividade do Brasil em outros ambientes, fora do ambiente brasileiro, não podemos evidenciar tantas empresas assim ligadas à ciência, à tecnologia e à inovação. Sempre nós nos lembramos da EMBRAER. Que bom que temos esse referencial. Mas é uma pena o Brasil, tendo a dimensão que tem, tendo o povo que tem e tendo a história que tem, ficar tão limitado a tão poucas empresas que têm o



potencial de mostrar fora realmente o brio que o Brasil tem e, ao mesmo tempo, tudo aquilo que já foi feito em termos de avanço tecnológico no nosso País.

Fico pensando, por exemplo, nos painéis solares, nos quais o nosso País deveria investir muito mais, e que deveriam ser muito mais pensados, trabalhados, usados no Brasil, assim como o aproveitamento dos ventos, para nós melhorarmos a questão energética no nosso País. Vejo que o Governo, também através do Ministério, ou pouco ou até nada tem feito para que isso avance.

Então, também gostaria de ver empresas brasileiras trabalhando nessas realidades, para melhorar a qualidade de vida do nosso povo, para projetar ainda mais o nosso País lá fora, assim como a EMBRAER já faz, assim como o ITA já faz também, na sua área de formação, para que possamos, realmente, ter uma nação que mostre, leve e exporte também para outras nações essa tecnologia que nós podemos desenvolver aqui dentro.

Assim, penso que o Governo, através do Ministério, poderia também ter um carinho maior, um cuidado maior nessas outras áreas, que estão aí nas nossas mãos e que podemos trabalhar de forma bem efetiva no nosso País, para que tenhamos outras empresas como nós temos a EMBRAER.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Concedo a palavra ao Deputado Bilac Pinto, como subscritor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO BILAC PINTO** - Ministro Aldo Rebelo, eu quero, em primeiro lugar, saudar V.Exa., agradecer sua presença na Comissão de Ciência e Tecnologia, por iniciativa de um requerimento do Deputado José Rocha, aprovado aqui por este Plenário, e também, evidentemente, saudar o Deputado Fábio Sousa, que é o nosso Presidente.

Eu venho acompanhando a sua trajetória, e ela, para todos nós, é motivo de muito orgulho, nós que somos brasileiros, que amamos este País. E o senhor participou como Ministro de Relações Institucionais no Governo Lula, já ocupou o Ministério do Esporte e agora está na Ciência, Tecnologia e Inovação. Eu posso dizer aqui, sem sombra de dúvida, que o senhor é uma reserva que este País tem. O Governo vem se abatendo aí pelas crises constantes, crise ética, crise de moralidade. O senhor faz parte desse Governo, e, para nós, é um orgulho tê-lo lá,



porque o senhor ainda é uma luz, é uma esperança que nós temos, ocupando uma Pasta fundamental para o nosso País, a de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Eu venho de uma região no sul do Estado de Minas Gerais, onde nós também somos um polo de tecnologia. Na minha pequena cidade, Santa Rita do Sapucaí, a nossa família, ainda na década de 50, transformou um arranjo produtivo de café e leite num polo de tecnologia de eletroeletrônica. Somos hoje não só uma referência aqui dentro do nosso País, mas uma referência internacional. Nós somos, aproximadamente, seiscentas empresas gerando emprego de base tecnológica. Temos os nossos percalços e, de certa forma, os nossos desafios. E eu brinco muito lá, Ministro, que as coisas lá vão bem porque a única coisa pública que há no Município é a Prefeitura e eu, enquanto estiver exercendo a mandato. Então, as coisas lá vão muito bem, obrigado. Nós não precisamos atrapalhar.

Assim, eu quero parabenizá-lo na sua vinda aqui e tocar em um tópico que considero importante no depoimento do senhor, que é o conteúdo nacional. É fundamental que tenhamos muita prudência. Nós queremos efetivamente buscar o conteúdo nacional, absorver tecnologia, mas é preciso que nós façamos isso com a prudência que Minas sempre nos ensinou a ter. E o senhor, que vem do nosso sertão de Alagoas, o senhor sabe muito bem como conduzir isso aí.

Nós tivemos exemplos aqui, dentro da própria PETROBRAS, atos, a meu ver, irresponsáveis, açodados, que nos levaram a ter prejuízos enormes. É preciso ter um pouco de calma, ter prudência, mas buscarmos sempre fazer com que o conteúdo nacional faça parte, realmente, da nossa política de ciência, de tecnologia e de inovação.

Portanto, parabéns e muito obrigado pela sua presença aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Com a palavra o Deputado William Woo, como subscritor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Sr. Presidente, Deputado Fábio Sousa, gostaria de cumprimentar o meu Presidente, sempre Ministro, Aldo Rebelo, e toda a sua equipe, na pessoa do Prof. Osvaldo. Primeiro, quero agradecer-lhe a honradez de estar aqui conosco e de trazer toda a sua equipe de Secretários, para que possamos conhecê-los e nos aproximar do Ministério.





Presidente Aldo, queria fazer minhas palavras muito do que o Deputado Bilac disse. V.Exa. foi Vereador, meu Presidente aqui da Câmara, Deputado, e agora é um orgulho tê-lo em um Ministério que eu acho que é o mais importante não somente para a sociedade brasileira, mas para a sociedade mundial. Eu acho que é a tecnologia que faz melhorarem as áreas de economia e saúde e traz crescimento econômico e social em qualquer sociedade no mundo.

Eu sempre brinco que o meu pai é chinês e a minha mãe é japonesa, vieram há 56 anos para o Brasil, porque a visão que eles tinham do Brasil era de que teriam um futuro muito melhor ao virem para cá. Minha esposa migrou há 40 anos da Coreia do Sul, também com essa mesma visão do Brasil. E esses países sobressaíram, porque detêm alta tecnologia e grande investimento nessa área. Então, acredito muito nisso. Eu, que sou policial de carreira, fiz da Comissão de Ciência e Tecnologia a minha escolha principal entre as Comissões, porque acredito muito nessa área.

Mas, Ministro, como aqui muito bem disse o Deputado Marcelo Aguiar, temos exemplos lindos como a EMBRAER e também áreas em que crescemos muito, como a área do agronegócio, a área automobilística. Eu sou engenheiro mecânico formado na Mauá, recentemente fui a uma festa de colegas, e alguns colegas meus foram recrutados aqui no Brasil para fabricar na China, porque estamos exportando também quando detemos o conhecimento. Mas, na área de tecnologia, nesses últimos 3 anos — o Prof. Osvaldo até acompanhou o caso —, eu pude trabalhar numa grande empresa do setor e vi que nós ainda não dominamos a parte principal, que são os semicondutores.

Eu estou brigando com um projeto de lei para o qual tive o apoio de todos os colegas Deputados e deve ser votado hoje. No dia 31 de maio, encerra-se a possibilidade de uma empresa se inscrever no PADIS, um grande programa do Governo Lula, que incentiva a cadeia de semicondutores.

Apesar do discurso do Deputado Ivan Valente, de todo o benefício que se dá às empresas que entram no PADIS, eu expliquei para ele o seguinte: primeiro, a empresa tem que se inscrever num CNPJ próprio só para fabricar semicondutores; segundo, eles têm que ser aprovados pelo MCTI e pelo MDIC. E, apesar de todos esses benefícios, nove empresas vieram para o Brasil e essas nove não conseguem



atender à demanda, vendem hoje no mercado somente 3% do que nós importamos. E vejam que 44% do custo de um *tablet* ou um *smartphone* está em semicondutores que importamos da Ásia, da China e tal. Então, eu queria pedir a V.Exa., — e tenho certeza de que teremos todo o apoio — que possamos continuar com o PADIS, um trabalho muito importante.

E falou bem o Deputado Marcelo Aguiar a respeito da energia solar. Foi lançado na semana passada, pelo Presidente Maurício, o segundo leilão. Hoje temos benefício para importar essa matéria prima, mas as células fotovoltaicas são semicondutores. Com o PADIS, eu acho, e com o crescimento da energia, podemos exigir um PPB para que eles sejam fabricados aqui no Brasil.

Então, eu queria encerrar e agradecer muito ao Ministro. Conte com este Parlamentar, que vem aqui aprender nesta Comissão. Mas tenho certeza de que aqui, a exemplo... Sempre ouvi falar da família do Deputado Bilac Pinto, que transformou aquela região de Minas Gerais. E pode contar com todos os membros desta Comissão.

Obrigado pela presença, Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Sr. Ministro, eu vou continuar com a lista de inscrição, porque nós temos só mais dois autores presentes para falar. Em seguida eu concederei a palavra a V.Exa. e, depois, aos demais membros da Comissão.

Tem a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima, como subscritor do Requerimento.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Bom dia, Presidente Fábio Sousa; Sr. Ministro Aldo; Deputadas e Deputados.

Em um diagnóstico do cenário atual — inclusive contamos com a franqueza de V.Exa., e uma franqueza rara no atual Governo —, temos uma perda de capacidade de inovar, o que significa uma perda de capacidade de competir, e estamos perdendo também empregos de alta tecnologia.

O cenário também conta com uma prática do atual Governo de contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico. Por outro lado, de maneira promissora, vemos que o setor privado nunca esteve tão disposto a cooperar, e aqui também me valho de uma avaliação do Sr. Ministro.



E nesse cenário a atual Presidente envia ao Congresso Nacional a MP 669, que majora uma alíquota que beneficia o setor de TI. Prudentemente, o Congresso Nacional, na pessoa do Presidente Renan, devolve a MP, por não caber, numa situação em que o País não consegue inovar, algo desse tipo.

O Governo, por sua vez, a converte em um projeto de lei e reafirma a mensagem, e envia para o Congresso Nacional esse projeto, que permanece na tentativa de majorar essa alíquota de 2% para 4,5%. O setor de TI, por sua vez, faz esforços para que esse teor não valha para a ciência e tecnologia.

A pergunta que direciono de maneira direta ao Sr. Ministro é: como o Ministério avalia essa tentativa do Governo, num cacoete horrível, num ajuste fiscal, de majorar, de aumentar a receita, em vez de cortar custos? E pergunto também se o Ministro está trabalhando para retirar o setor de TI da incidência desse projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Eu não vi presente o Deputado subscritor JHC. *(Pausa.)*

Não está presente.

Deputado Cabuçu Borges, a palavra está com V.Exa., como subscritor do Requerimento. *(Pausa.)*

Também não está presente.

Bom, a palavra está com V.Exa., Ministro.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Deputado Marcelo Aguiar, muito obrigado pelas suas palavras de estímulo. Deputado Flavinho, muito obrigado também pelas suas palavras. Deputado Bilac Pinto, eu confesso que não apenas tenho vontade, mas vou fazer uma visita a Santa Rita do Sapucaí. Vou fazer porque tenho, além de apreço, também reconhecimento pelo que foi construído lá como experiência de polo tecnológico avançado, não apenas para Minas, mas para o Brasil. Cumprimento V.Exa. e todos os seus antepassados que contribuíram para esse feito de Minas e do Brasil.

Deputado William Woo, muito obrigado. O PADIS é uma experiência vitoriosa, que nos dá muito orgulho, cujo êxito deve ser creditado naturalmente aos meus antecessores, mas eu tenho todo o compromisso com a experiência vitoriosa



constituída por esse programa, e vou apoiá-lo e ajudá-lo no que estiver ao meu alcance.

Deputado Pedro Cunha Lima, eu acho que já convivi com as duas gerações de sua família, com o avô que era poeta, em primeiro lugar, Governador, Senador e Deputado, e com o pai, que foi militante do movimento estudantil muito próximo das ideias que eu represento.

A perda de empregos no Brasil é uma estatística que persistiu, apesar dos esforços do Governo no sentido contrário. Todo esse esforço que o Governo fez e que agora, de certa forma, em alguns aspectos tenta reverter, de benefícios, de incentivos, de renúncias concedidas às empresas, foi exatamente na tentativa de preservar o emprego de alta tecnologia. Mas nós não tivemos êxito, e hoje o Governo precisa fazer uma flexão. Por quê? Porque é evidente que nós precisamos fazer o ajuste fiscal.

Eu não conheço ninguém que, diante da situação do Brasil, duvide que esse ajuste seja necessário, importante e constitui pré-condição para o País voltar a crescer. Ajuste não pode ser e não é programa de Governo, ajuste não é objetivo, ajuste não é meta, ajuste é apenas uma pré-condição para o País voltar a usufruir do objetivo que é exatamente o desenvolvimento e o crescimento. Mas as contas do País falam por si, e nós só podemos almejar a retomada do crescimento se nós fizermos o ajuste. Não vejo outra saída.

Bem, a segunda questão é como fazer o ajuste. E aí eu creio que tem papel importante o Congresso. O Governo tem demonstrado uma grande capacidade, recentemente pelo menos, de dialogar, de procurar junto aos Deputados e aos Senadores, e acho que não é apenas uma discussão entre base do Governo e Oposição. Eu acho que é um debate que interessa a toda a Casa, porque todos nós temos responsabilidades com o País. Uns são governos na República, mas outros são governos também de grande importância. Ou seja, o destino dos Estados governados pela Oposição não está separado do destino do País que é governado pela Situação, ou vice-versa. Então, nós temos nesse aspecto um laço indissolúvel de solidariedade com o interesse comum, que é que a economia do País volte a crescer. E acho que, para ela voltar a crescer, há uma pré-condição: passar por esse ajuste.



Eu digo isso com a tranquilidade de quem foi Líder no momento em que o Governo do Presidente Lula promoveu o mais profundo ajuste dos últimos 10 anos, que foi no primeiro ano do Governo dele. Eu era Líder do Governo, do Partido Comunista, estava aqui nesse plenário quando chegou a notícia que o Presidente do Banco Central tinha alterado em 2% para mais a taxa de juros, só num mês, em maio. Eu lembro, era maio de 2003. *(Risos.)*

E, naturalmente, uma parte da minha bancada, gente inclusive do PT, já estava na tribuna para dizer que aquilo era um absurdo, era inaceitável. Eu disse: “E, agora, o que é que eu vou fazer?”. Eu vou para a tribuna, mas não vou para a tribuna defender a taxa de juros, eu vou para a tribuna defender o Governo — é isso que você precisa fazer numa hora dessas.

E acho que aquele ajuste precisava ser feito mesmo. É claro que nem todos estavam de acordo naquele momento com aquela situação. Agora, eu acho que o Governo do Presidente Lula só recuperaria a credibilidade, a capacidade de comandar o País de fato se passasse por aquele ajuste. Eu não vejo outra situação. E outros ajustes foram feitos por outros Governos. O Governo do Presidente Lula não foi o primeiro, e ficou provado que também não seria o último a fazer um ajuste. Governos anteriores já tinham promovido ajustes também polêmicos e submetidos à mesma discussão do que nós conhecemos hoje.

Mas a minha impressão é essa. Nós precisamos fazer o ajuste. Isso aí não é uma coisa só do Executivo; é também uma questão do Congresso, como foi aquele. Nós fizemos reformas naquela época que também eram polêmicas, reforma tributária, reforma da Previdência. Mas se você se submete à política, ou seja, a política substituiu os deuses da antiguidade como dona do destino humano. Ou seja, o homem passou a ser responsável pelo seu destino, então tem que assumir as consequências por isso. Então, eu acho que nós todos precisamos nos debruçar sobre o caminho para fazer esse ajuste.

Naturalmente, o Deputado... Cunha Lima, não é?

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Sim, Cunha Lima.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - O meu bisavô, lá de Alagoas, também era Cunha Lima. Esses Cunha Lima são muito antigos ali no Nordeste.



Então, eu acho que V.Exa. naturalmente vai enfrentar o desafio de fazer esse debate, mas acho que ele é incontornável, e acho que o ajuste para o País é também uma tarefa incontornável. As formas, o jeito de fazer, eu acho que nós vamos encontrar, tendo como denominador comum o interesse público e o interesse nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Sr. Presidente, se V.Exa. permitir, gostaria de uma complementação para que não haja distorções. Eu agradeço as referências do Ministro que tocam as minhas saudades mais caras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Rapidamente, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Mas, durante este tempo, peço a compreensão pela angústia para esclarecer definitivamente: o setor de TI não conta com o Ministério da Ciência e Tecnologia para que essa incidência não atinja o setor. Então, o Ministério não se esforça para que não haja o aumento da alíquota de 2%?

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - O setor de TI contou com o Ministério, principalmente com os meus antecessores, para alcançar conquistas e benefícios importantes para o seu desenvolvimento. Agora, nem o setor de TI e nenhum outro setor pode ser excluído do esforço do País para alcançar as condições de voltar a crescer. Se o País não fizer o ajuste, o benefício para o setor de TI não vai resolver nada, nem para nenhum outro setor. Se o País fizer o ajuste, o setor de TI naturalmente será beneficiado.

Como o setor de TI vai contribuir para o ajuste é um assunto do Governo e é um assunto do Executivo, e nós todos vamos trabalhar para que todos paguem o menor preço possível.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Obrigado, Sr. Ministro Aldo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Eu peço vênia a V.Exas., porque nós temos uma lista de inscritos. E eu vou pedir aos inscritos que por gentileza mantenham a mesma compreensão. Evidentemente, o prazo regimental é prerrogativa de cada Deputado, mas eu peço que se mantenha a gentileza de encurtar o máximo possível, para que a gente possa depois adentrar na nossa pauta, que é extensa.



O primeiro inscrito é o Deputado Rômulo Gouveia, que dispõe de 5 minutos.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Sr. Presidente e Deputado Rômulo, desculpem-me, mas quero anunciar que estão aqui presentes o nosso Chefe de Gabinete, Dr. João Luiz, e a chefe da nossa Assessoria Parlamentar, Dra. Andréa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Sejam bem-vindos.

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - Sr. Presidente, Deputado Fábio Sousa, demais Deputados e Deputadas, primeiro eu quero parabenizar o autor do requerimento e os demais subscritos e me associar às palavras do Deputado Bilac Pinto em relação à trajetória do Ministro Aldo, que tem uma história desde a sua militância estudantil, vários mandatos nesta Casa, presidiu com muita competência esta Casa, deu uma grande contribuição ao Código Florestal e às Relações Institucionais. Mesmo na conjuntura difícil da Copa do Mundo, como Ministro teve um bom desempenho. Eu tenho certeza, e sou suspeito como seu amigo para falar, de que, à frente do Ministério da Tecnologia, V.Exa. irá também exercer um brilhante trabalho. E é o que todos nós desejamos pelo Brasil.

V.Exa. sabe que tenho origem numa cidade que, a exemplo de Santa Rita, é um polo de tecnologia e seu parque tecnológico é um dos mais antigos do Brasil, que serviu inclusive de modelo para Santa Rita, lá do nosso Bilac Pinto; há a EMBRAPA também com a tecnologia do algodão colorido; há o Instituto do Semiárido. E, nesse sentido, Ministro, quero não só convidá-lo a voltar a Campina Grande, a cidade da inovação, onde o Prefeito Romero hoje realiza uma administração, para poder colaborar, junto com as universidades, no fortalecimento da tecnologia, do *software* em Campina Grande, fruto do trabalho da Universidade Federal de Campina Grande e da Universidade Estadual da Paraíba.

E eu quero neste instante, ao desejar-lhe sucesso à frente do Ministério, e já encaminhei alguns pleitos que vou tentar tratar pessoalmente com V.Exa., também convidá-lo para não só ir a Campina, mas também para colaborar para o fortalecimento da EMBRAPA, do Instituto do Semiárido, do nosso parque tecnológico, enfim, das ações para o fortalecimento, porque é a tecnologia e a inovação que têm contribuído também para o crescimento e o desenvolvimento da Paraíba e de Campina Grande.



Então, meu abraço, minha saudação, meu respeito e minha admiração por V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Com a palavra o Deputado Evandro Roman. *(Pausa.)*

O Deputado Evandro Roman está presente? *(Pausa.)*

Deputada Luciana Santos, a palavra está com V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu amigo e Ministro Aldo Rebelo, é incontestado aqui, já dito por vários oradores desta Comissão, sua trajetória política, os êxitos alcançados em todos os desafios que V.Exa. teve nesse processo todo para garantir que o País pudesse percorrer seus caminhos. Na última façanha de V.Exa., que foi a realização da Copa, existia toda uma propaganda da incapacidade do Governo brasileiro de fazer valer as boas condições para a realização da Copa do Mundo no Brasil, mas o que infelizmente nos surpreendeu foi mesmo o desempenho da Seleção, porque, no que diz respeito às condições para a Copa acontecer, o Ministro fez o seu dever de casa.

Mas, sem dúvida, Ministro, todos esses êxitos alcançados são fruto da sua coerência, de suas convicções, como o grande brasileiro que é, conhecedor da nossa história, de nosso desenvolvimento nacional. Por isso tenho certeza que, à frente do Ministério da Tecnologia, nós teremos mais êxitos a comemorar.

Acho que V.Exa. discorreu bem sobre alguns paradoxos que vivemos no País, no campo da ciência e tecnologia. Nós somos a sétima economia do mundo e, no entanto, não estamos inseridos naqueles setores das cadeias produtivas de valores mais agregados. Temos uma produção científica que não faz inveja a nenhum lugar do mundo. Aliás, nos últimos anos, a nossa produção científica chega a ser três vezes a produção científica mundial. No entanto, nós só temos 5% de nossos pesquisadores no setor produtivo.

Acho que V.Exa. inaugurou o Ministério com a grande conquista de um marco legal, que é, nessa parte da política da ciência e tecnologia, o que nos cabe, para além da fiscalização, do acompanhamento, das políticas de ciências e tecnologia, estabelecer marcos legais. V.Exa. chega aqui com a conquista da Emenda Constitucional 290. No Senado, passou de 290 para 85 — está aqui a Relatora Margarida Salomão —, que garantiu que a gente colocasse a tecnologia, a pesquisa





e a inovação e até expressões, como ciência e desenvolvimento, dentro da Constituição brasileira, o que, portanto, eleva para outro patamar e garante também que a gente faça transferências dos recursos humanos para instituições público-privadas. Portanto, garantindo um fluxo importante, que é o capital humano que temos, para dialogar melhor com a inovação, com os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, e também a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria para outra sem precisar de uma prévia autorização do Legislativo.

E temos agora tramitando no Senado a Lei da Biodiversidade, que foi bastante debatida também nesta Casa e nesta Comissão. Temos ainda desafios a superar na legislação, mas temos, com o Ministro Aldo Rabelo, o compromisso e a concordância de mudanças ainda na Lei de Biodiversidade que proteja o conteúdo nacional e a pesquisa nacional, fazendo valer que qualquer instituto estrangeiro, para ter acesso ao nosso patrimônio genético, tenha que necessariamente se associar ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, para que a gente possa se apropriar das descobertas, das qualidades e dos valores que podem ter o nosso próprio patrimônio genético.

Temos ainda pela frente esse desafio, a que o Ministro já se referiu, que é o Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, do desenvolvimento da ciência e tecnologia, que, na medida em que nós votamos os 100% dos *royalties* do pré-sal para educação, nós precisamos regulamentar boa parte do fundo social.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Concedo-lhe mais 1 minuto, para V.Exa. concluir.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS** - E, para terminar, ainda temos o RDC também da Ciência e Tecnologia. Nós fizemos o regime diferenciado para a Copa e precisamos fazer o regime diferenciado para a ciência e tecnologia no Brasil, para facilitar a compra e os serviços na política.

Por fim, Ministro, temos os desafios da ciência e tecnologia, que é uma política transversal, do desenvolvimento nacional, da política do comércio exterior, que necessariamente terá que fortalecer. E esse é o papel também desta Comissão, fortalecer aquelas tecnologias que nós chamamos de portadoras de futuro, como a tecnologia da inovação, como a espacial, como a energética, até mesmo dos



fármacos, para que, com essas ferramentas, possamos superar aquele entrave principal, que é não ter uma economia inserida nas cadeias de maior valor agregado.

Dito isso, Sr. Ministro, boa sorte e vamos em frente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Agradeço as palavras da Deputada Luciana Santos. Concordo com praticamente tudo que V.Exa. disse, Deputada.

Com a palavra o Deputado Vitor Lippi e, posteriormente, o Deputado Eduardo Cury. Peço também que, por favor, mantenham a gentileza de respeitar o tempo, para que a gente possa votar depois a nossa pauta.

**O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI** - Primeiro, quero cumprimentar o nosso Ministro Aldo Rebelo, que foi muito feliz, mostrando aí a história do mundo nos últimos 200 anos. Cada vez mais a gente sabe que a mudança faz parte de nossas vidas, a tecnologia. Quer dizer, à medida que o mundo muda cada vez mais rápido, a tecnologia se faz ainda mais importante. E hoje é indissociável a questão da inovação e do desenvolvimento. Não dá para desenvolver sem inovação.

Então, quero cumprimentá-lo pelo entusiasmo e pela articulação que V.Exa. vem fazendo. Quero cumprimentar aqui também o nosso querido professor da Universidade de São Carlos, um grande parceiro nosso. Foi dito aqui algo fundamental, Sr. Ministro. Como V.Exa. falou, nós temos muitas conquistas e muitos desafios, porque o mundo também caminha muito rápido e, por mais que a gente caminhe, existem outros países que estão investindo muito em inovação e tecnologia, mas, certamente, muitos países aproveitaram a oportunidade de utilizar o máximo os pesquisadores das universidades. E, como foi dito aqui, o Brasil hoje é um dos que mais tem produção acadêmica, mas é um dos que menos tem produção tecnológica.

Eu sei que as universidades, certamente, não estão na sua Pasta, mas como a gente poderia estar aproveitando esse contingente fantástico, o potencial dos pesquisadores brasileiros para que efetivamente estejam integrados ao processo de inovação e tecnologia, para gerar riquezas, não apenas conhecimento acadêmico, mas principalmente riqueza para o Brasil?



Gostaria, obviamente, de convidá-lo para estar lá em Sorocaba. Sorocaba e São José dos Campos foram as Prefeituras que mais investiram em parques tecnológicas nos últimos anos. Seria muito oportuna a visita de V.Exa. a Sorocaba, que também é um parque tecnológico novo, mas com potencial muito grande. Seria muito oportuno que, com a visão que V.Exa. tem de futuro, pudesse fortalecer nossas parcerias.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - O Deputado Eduardo Cury está presente? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Missionário José Olímpio.

**O SR. DEPUTADO MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO** - Obrigado, Sr. Presidente. Quero também cumprimentar o nosso Ministro pela sua vinda a esta Casa e por sua explanação. Eu, que conheço sua história, seu trabalho à frente dos Ministérios, principalmente o do Esporte, e hoje do Ministério da Ciência e Tecnologia, tenho uma luta muito grande no Ministério de Minas e Energia com relação à nossa região, a cidade de Itu. Enfrentamos ali um trabalho muito grande com o depósito de material radioativo, que foi depositado lá em 1975, clandestinamente. Nós tivemos aqui uma audiência pública, inclusive o Deputado Delegado Protógenes esteve conosco lá nos ajudando, e quero inclusive marcar com o V.Exa. lá, para que possa nos ajudar e nos orientar, com a experiência que tem, na nossa região em São Paulo.

Fico feliz com sua vinda. Primeiramente, V.Exa. vem a esta Casa para colocar o Ministério à disposição, como sua força e a sua experiência. V.Exa., que tem passado por vários Ministérios, esteve na coordenação ali, trabalhando com integridade e com responsabilidade.

Esta Casa está de parabéns, inclusive. Exa., que já presidiu esta Casa também. Parabéns pela nova luta no Ministério!

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Com a palavra o Deputado Silas Câmara e, posteriormente, falará o Ministro.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, Sr. Ministro Aldo Rebelo, a explanação que V.Exa. fez sobre o que pensa o Ministro, o Ministério e o



próprio Governo sobre ciência e tecnologia e inovação no País e no mundo, e até suas consequências, foi de uma profundidade muito grande.

Eu sou do Estado do Amazonas, que V.Exa. conhece, e o nosso Estado tem 1 milhão e meio de quilômetros quadrados, e 98% de seu território estão preservados. Já teve V.Exa. várias oportunidades de lá estar conosco como Ministro de várias Pastas diferentes. E o grande desafio da Amazônia, no meu modo de entender, é justamente construirmos uma alternativa econômica para aquela região, que acho que passa essencialmente pelo turismo, que também incentiva a preservação do meio ambiente. E tudo isso é uma consequência do que a Zona Franca de Manaus pode proporcionar à população do Estado do Amazonas.

Eu até fiz uma emenda constitucional, que foi vencida pela de 50 anos, mas fiquei feliz de ter sido vencida pela de 50 anos, pela Presidente Dilma, que era a perpetuação dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, tendo em vista que não temos prazo para derrubar as matas da Amazônia. Como nossa alternativa econômica seria a exploração natural da biodiversidade e, quem sabe, até de outra exploração dentro da natureza, fica o desafio da ciência e tecnologia, através dos instrumentos de pesquisa existentes no Estado, que é a única fórmula que temos de, num futuro muito breve, aproveitar todo aquele potencial e transformar em atividade econômica para a população ribeirinha, enfim, para a população da própria capital. Lá, nós temos o INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o CCA — Centro de Ciências Agrárias, que está praticamente paralisado, sendo o INPA um pouco mais ativo devido à versatilidade dos pesquisadores, que, através da sua competência, acredito até pessoal, firmam essas parcerias com o próprio Ministério ou com o Governo do Estado e instituições internacionais para proceder a essa pesquisa, que, no entanto, Ministro, ainda não gera emprego e renda.

Eu costumo dizer no Amazonas que o meu grande desafio é conhecer algum projeto econômico funcionando, gerando emprego e renda, cuja origem foi a pesquisa de qualquer nível que seja, dentro desses órgãos de pesquisa que estão no Estado do Amazonas. Eu acho que esse é um grande desafio para a nossa Amazônia e para o nosso Amazonas.

Parabenizo V.Exa. por estar nesta Pasta. Tenho certeza de que será uma Pasta muito bem sucedida, pois conheço o seu compromisso com o que faz, a sua



dedicação e sei que grandes resultados nós teremos para festejar ao final de mais esse desafio, que é a sua passagem pelo Ministério.

A pergunta que quero fazer é: quais são os pontos que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação enxerga para a Amazônia como desafio para esses 4 anos e também para motivar o funcionamento dessas ferramentas de pesquisa que estão lá precisando de investimento e que, por enquanto, como eu disse ao senhor, ainda não consigo enxergar um resultado final na geração de emprego, renda e na melhoria do bem-estar da população que precisa viver dessa biodiversidade que a Amazônia tem e que esses institutos de pesquisa, na prática, ainda não conseguiram alcançar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Vou passar a palavra ao Ministro e posteriormente aos demais inscritos.

Quer continuar, Ministro? (*Pausa.*)

Deputado Sóstenes Cavalcante, a palavra está com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Sr. Presidente, ilustre Ministro Aldo Rebelo, contrerrâneo, apesar de Viçosa ser um bairro de Alagoas, conforme V.Exa. falou outro dia. Lógico que, ao contrário, Maceió é uma extensão da sua querida Viçosa. É uma alegria ouvi-lo e ter a convicção de que esta Pasta está nas mãos de um homem de uma seriedade ímpar e que fará um trabalho impecável. Agradeço a sua presença a esta Casa, Ministro.

A minha intervenção, como Parlamentar de primeiro mandato, que é o meu caso, diz respeito à preocupação com o nosso Estado do Rio de Janeiro, que passa por todas essas dificuldades, em especial pela alta queda do barril de petróleo, no desenvolvimento e no aproveitamento de mão de obra qualificada naquele Estado.

Eu sei que V.Exa. terá um grande desafio para com o meu Estado nesse quesito. Nós já tínhamos um déficit de mão de obra qualificada para o setor petrolífero, mas agora acho que as coisas ainda complicarão um pouco mais. Apesar da falta de mão de obra, hoje a gente já começa a ver o desemprego batendo em vários Municípios do nosso Estado devido à queda do barril do petróleo. Gostaria de saber se já está existindo no Ministério algum tipo de trabalho, algum planejamento para que esses problemas possam ser contidos.



Como sugestão deste Parlamentar, que chega aqui com muita humildade ao Ministério, eu tenho uma preocupação particular e estou com a minha equipe de trabalho pensando num projeto de lei para o aproveitamento do modelo do silício que existe em outros países para a qualificação de mão de obra principalmente dos menos favorecidos em comunidades.

Eu tenho vergonha, mas tenho que assumir, como um Parlamentar do Estado do Rio de Janeiro, pois hoje, nas comunidades, quando um jovem em especial quer ir em busca do seu primeiro emprego, ele tem que omitir o seu endereço de origem, por morar numa comunidade, e buscar, como se chama no Rio, nas ruas, algum amigo, algum colega para colocar o endereço daquela pessoa, porque senão ele não se torna competitivo, mesmo tendo um currículo igual ao de outro competidor de RH de uma empresa. Ele não é competitivo para aquela vaga de emprego por causa do seu endereço.

Eu vejo o Governo com muitas preocupações, com muita dificuldade financeira, produzindo ajustes que V.Exa. solidariamente ao momento crítico também estende o seu braço ao Governo Federal. E fico pensando por que o Governo, que pratica justiça social como uma das suas principais bandeiras, não produz políticas para desonerar as empresas que contratam um jovem dessa comunidade. Essa seria uma bolsa família mais justa, uma transferência de renda mais justa e que não dói ao bolso do Governo.

Eu gostaria de deixar essa sugestão ao Ministério para que avalie a possibilidade de desonerar as empresas que abram oportunidade de primeiro emprego ou de emprego formal a um jovem ou a qualquer trabalhador que tenha comprovadamente seu endereço em uma comunidade ou favela do Rio de Janeiro ou comprovação de renda familiar abaixo de um piso estabelecido.

Minha equipe está preparando algo para um projeto de lei, mas deixo isso como sugestão ao seu Ministério.

Agradeço a sua presença nesta Casa, o que mostra a grandeza de sua vida pública, conhecida por todos nós.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Srs. Deputados, em que pese a importância do tema, eu peço a todos que sejam um pouco mais gentis no que se



refere ao tempo — eu peço, porque quem impõe é o Regimento. Não me refiro apenas a V.Exa., Deputado Sóstenes, mas a todos. Realmente, o tema é muito importante, mas eu gostaria muito de tentar colocar itens da pauta em votação ainda no dia de hoje.

Com a palavra o Deputado Sandro Alex, Vice-Presidente desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX** - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o nosso Ministro Aldo Rebelo. Fomos Deputados no último mandato e trabalhamos em conjunto no Código Florestal. Neste momento em que o Brasil assiste a todos esses escândalos, o senhor é referência de conduta para a classe política do Brasil. Tenho orgulho de sua amizade. Desejo-lhe boa sorte à frente do Ministério de Ciência e Tecnologia, cujos desafios são muito grandes. Geralmente, essa Pasta é lembrada no Brasil pelos seus problemas, pelo menor orçamento e pelas dificuldades.

Nós estamos na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e talvez falte um pouco de comunicação à ciência e tecnologia. A gente tem casos tão expoentes no Brasil, referências como o senhor e tantos outros citaram, mas nós temos que dar comunicação aos trabalhos feitos em ciência e tecnologia no Brasil.

Sugiro-lhe que possamos levar a cada um desses Estados o que estamos fazendo aqui hoje: um bom debate. Isso poderemos fazer em conjunto com a Câmara dos Deputados. Dessa forma, estamos fazendo com o projeto Câmara Itinerante. Fizemos isso com a Comissão da Reforma Política na sexta-feira em Curitiba. Poderíamos levar a cada um dos Estados o trabalho que está sendo desenvolvido e as dificuldades, ouvir a sociedade e transmitir ao Governo os nossos anseios e a necessidade de mais investimentos.

No dia de sua posse, o senhor apresentou o desafio de recompor o fundo. Agora, após esses primeiros meses, qual é a perspectiva que o senhor vê de recomposição desse fundo? É possível? Nós temos um desafio durante todo o mandato, mas qual é a sua perspectiva para este ano?

Eu acredito que nós possamos, se estivermos engajados com a sociedade, levantar as necessidades de cada um dos Estados, identificar as dificuldades em conjunto e divulgar o que estamos produzindo de melhor para o Brasil, porque hoje a



ciência e a tecnologia produzem, mesmo com uma carga tributária pesada, com burocracia, com dificuldades, mas nós estamos tendo resultados.

É claro que nós temos de fazer um convencimento diário para poder colocar em aprovação um projeto de desoneração, como o Deputado falou. O Governo sempre nos vê como a ovelha desgarrada, ou seja, é o Ministério que primeiro recebe os cortes, que enfrenta as maiores dificuldades, mas ter o senhor à frente dessa Pasta é para nós um alento.

Estou aqui a sua disposição para iniciarmos um trabalho em todos os Estados e poder divulgar, dar uma comunicação maior a esses brasileiros que, mesmo com todas essas dificuldades, conseguem desenvolver ciência e tecnologia e orgulhar o Brasil perante o mundo.

Vamos buscar junto ao Governo um momento melhor. Nós temos inclusive um fundo social que é possível de ser discutido com os recursos que ainda não foram regulamentados. O senhor é a pessoa que está à frente do Ministério e pode nos auxiliar neste momento.

Cumprimento V.Exa. e quero que conte com esta Comissão, que estará a seu lado nesse trabalho!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Com a palavra a Deputada Tia Eron e, em seguida, os Deputados Caio Narcio e Margarida Salomão.

**A SRA. DEPUTADA TIA ERON** - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Exmo. Sr. Ministro Aldo Rebelo, a quem declaro minha elevada estima e carinho por S.Exa. estar à frente do Ministério da Ciência e Tecnologia e meu apreço por todo o seu desempenho outrora no Ministério do Esporte, que hoje o meu Partido Republicano Brasileiro assume.

Nobres colegas, eu quero trazer aqui uma fala no sentido de destacar o pioneirismo da Marinha do Brasil, que, com seus primeiros computadores, inclusive o COBRA, insiste em manter estudo aprofundado nessa questão.

Sr. Ministro, farei um encaminhamento ao Presidente desta Comissão solicitando que convidemos oficiais das Forças Armadas para virem a esta Casa, até porque eu me identifico muito por ser a Marinha uma das primeiras a ter o maior número de mulheres. Obviamente, hoje, nós temos a Aeronáutica passando na frente — aqui também já foi falado sobre o desempenho da Aeronáutica —, mas





penso que a Marinha pode ser uma das forças propulsoras dentro das comunidades cujos jovens, meninos e meninas, precisam ter uma ocupação adequada. Já é comprovada no Brasil a inclinação para a questão que nos prende a esse estudo da ciência e tecnologia para os nossos jovens.

Dessa forma, Sr. Presidente, o meu encaminhamento pretende solicitar a presença desses oficiais para que possamos discutir essa questão. Temos em áreas internacionais, na questão dos oceanos, uma lei que regulamenta esses estudos para que o Brasil não perca de vista a oportunidade de requisitar essas regiões para também participar da questão da ciência e tecnologia.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Acolho a sugestão de V.Exa. e lhe peço que oficialize, através de requerimento, essa sugestão, que, com certeza, é pertinente.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

**O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO** - Bom dia a todos os amigos. Cumprimento o Presidente Fábio Sousa, a quem parablenizo pelo trabalho, e também o Ministro Aldo Rebelo.

Quero também compartilhar das palavras de homenagem ao Ministro feitas pelo meu colega de Parlamento Bilac Pinto e reconhecer que, num momento crítico pelo qual o Brasil está passando, a presença de V.Exa. no Ministério da Ciência e Tecnologia é para todos nós, que conhecemos a Casa e temos a ideia de um Brasil melhor, a segurança de que nós teremos na condução dessa área tão cara a nós, brasileiros, a direção de quem tem uma biografia e uma história para conduzir a pasta de maneira isenta e com muita qualidade.

Eu queria compartilhar com V.Exa. um projeto brasileiro que está presente especialmente em Minas Gerais, na nossa terra Frutal, conhecido como HidroEX. Não sei se V.Exa. já conhece, mas é um projeto em parceria com a UNESCO e com a Fundação Jacques Cousteau. No momento em que nós estamos passando pela maior crise hídrica do Brasil, esse projeto tem um protagonismo na área de pesquisa e educação para as águas, com a intenção de atender não só o Brasil, mas toda a América Latina e a África. Ele tem obras quase em estágio terminal de construção, e tem a nossa preocupação com a crise hídrica no Brasil e de como vai ser tratado



esse projeto a partir de agora. O Governo do Estado tem preocupação com o financiamento disso, mas nós temos também a preocupação com um projeto que está dentro da UNESCO, tomou proporções internacionais e coloca o Brasil num papel de protagonismo do ponto de vista da crise hídrica, mostrando que o Brasil esteve à frente e soube tratar desse tema de maneira suprapartidária, já que tivemos como parceiro o ex-Ministro Sérgio Rezende, o Raupp e agora V.Exa. Por isso, eu queria saber qual será a postura a respeito desse projeto.

Eu estive, na semana passada, com o Secretário de Ciência e Tecnologia em Minas e vimos, do ponto de vista estrutural, a dificuldade que há de continuar mantendo esse projeto. Apesar da preocupação deste Parlamentar aqui e da condução de V.Exa. no Ministério da Ciência e Tecnologia, quero saber qual será a postura do Ministério com relação a isso, tendo em vista principalmente a crise hídrica.

Desde já, deixo aqui o convite para que, em algum momento, V.Exa. visite a nossa terra *in loco* para vistoriar os locais e tomar uma posição em conjunto conosco. Deixo aqui a nossa preocupação de poder fazer isso de maneira conjunta em prol do Brasil.

Deixo aqui as nossas recomendações. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Com a palavra a Deputada Margarida Salomão e, posteriormente, os Deputados Afonso Motta e Arthur Virgílio Bisneto.

**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Fábio Sousa!

É uma satisfação muito grande estar aqui com S.Exa. o Ministro Aldo Rebelo, que de fato ilustra a Pasta com sua contribuição, com sua convicção política e com sua experiência para o Brasil adquirida em diversas outras passagens pela vida pública. Eu penso que, no exercício da liderança do Ministério da Ciência e Tecnologia, S.Exa. muito pode contribuir para que nós, neste processo evolutivo que estamos cumprindo, possamos de fato dar um grande passo adiante.

A sua inauguração no Ministério coincide com a promulgação da Emenda Constitucional nº 85, que é um grande trabalho da sociedade brasileira e deste Congresso Nacional, proposição da qual eu tive a honra de ser a primeira signatária,



como disse o Presidente Renan Calheiros. Mas, neste momento, assistimos à tramitação do Projeto de Lei nº 2.177, cuja edição ainda não se deu e, por isso, a emenda constitucional figura como uma bela declaração de intenções, mas com dificuldade de passar à prática, de forma que a nossa produção científica, hoje vultosa nos institutos de pesquisa das universidades brasileiras, possa transitar de fato para a inovação no setor privado, no setor das empresas estatais. Certamente, nós vamos ter condições, dentro desse novo marco legal, de avançar bastante. Para que a pesquisa tecnológica chegue ao patamar que desejamos, precisaremos, é claro, de um marco legal, de financiamento e de capilaridade.

O país que mais deu certo no mundo, os Estados Unidos da América, do qual a Coreia e outros são na verdade uma experiência espelhada, tem uma capilaridade extraordinária por conta de um sistema de universidades públicas e particulares que gerou uma massa crítica e permitiu que, de fato, a pesquisa científica pudesse transitar para a pesquisa tecnológica. Hoje, nos Estados Unidos, há um recrutamento de doutores pelo setor privado maior do que na vida acadêmica, maior do que nas universidades.

Então, eu acho que alguns programas do Ministério da Ciência e Tecnologia, dos quais V.Exa. falou e que, há algum tempo, vêm sendo implementados, como a inclusão da ciência e tecnologia, precisam de fato obter proeminência, não só os programas mais caros, mas também os mais críticos.

Penso que há uma outra dimensão que precisa ser casada com essa, que é a da contínua internacionalização da formação. Experiências como a da transferência de tecnologia são consolidadas em muitos países. No nosso caso, é uma experiência ainda muito embrionária. Então, eu imagino que experiências de imersão de jovens brasileiros nessas situações, tanto nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia, onde nós já temos esse processo funcionando a pleno vapor, se isso merecer a atenção de V.Exa. e do Ministério, eu imagino que possa ser um insumo importante nessa fase nova que nós abrimos para a promoção da inovação no Brasil.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Com a palavra o Deputado Afonso Motta. (*Pausa.*) Ausente.



Com a palavra o Deputado Arthur Virgílio Bisneto; posteriormente, Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO** - Obrigado, Presidente Fábio Sousa.

Ministro Aldo Rebelo, primeiro, é uma honra receber V.Exa. nesta Comissão da qual sou suplente, mas não poderei estar presente para lhe saudar, eu que tenho uma admiração por V.Exa., pelo que ouvia do meu pai, Arthur Virgílio Neto, que foi seu colega, pela sua postura, diferente dos outros que fazem parte deste Governo que hoje envergonha 90% deste País, pela sua capacidade de autocritica, como bem dizia o Deputado Pedro Cunha Lima, de analisar com frieza os dados e de analisar a sua capacidade à frente do Ministério. Isso é algo que deveria ser levado de exemplo a outras instâncias deste Governo, que se enfraquece por não compreender o verdadeiro porquê de nós termos, acima dos bajuladores, a verdade como algo absoluto.

Portanto, eu saúdo V.Exa. e agradeço-lhe pela presença. Gostaria de regionalizar um pouco a minha fala, pedindo uma atenção especial, um pedido meu, do povo do Estado do Amazonas, para a abertura do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que foi criado no Governo Fernando Henrique Cardoso e talvez, talvez não, por muita implicância política, se transformou num elefante branco. Para se ter uma ideia, depois de 13 anos, nem o CNPJ o Centro de Biotecnologia da Amazônia tem. Nem CNPJ! Não houve nenhuma contribuição à ciência, não existem investimentos no Centro de Biotecnologia, e nós sabemos que esse mercado de fármacos e cosméticos, que pode ser gerado através do conhecimento do CBA, seria fundamental para o crescimento da economia da Região Amazônica e obviamente da economia nacional.

Faço um apelo a V.Exa., para que olhe com muito carinho para o CBA e continue firme, como V.Exa. vem sendo ao longo da sua trajetória política, à frente desse novo desafio.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Com a palavra Deputado Celso Pansera, posteriormente Deputados Paulão e Hélio Leite.



**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Bom dia, Presidente e Ministro! Acho importantes essas audiências, mas vejo que tem que se estar preparado para voltar outras vezes aqui, já que nós ainda não temos uma estratégia. A Comissão foi instalada recentemente, a gente está engatinhando nos trabalhos, as relatorias ainda não estão funcionando plenamente, há tempo de emenda de projetos. Então, há que se preparar para voltar outras vezes aqui.

De qualquer maneira, sou do PMDB do Rio de Janeiro e estou no meu primeiro mandato também, com atuação na área de ensino tecnológico no Estado. Sou daqueles que defendem o ajuste. Acho fundamental organizar as finanças do País, para que a gente retome o crescimento mais à frente. Eu queria que o senhor discorresse sobre dois assuntos que acho importantes e que têm a ver com o desenvolvimento de pesquisa mais aplicada mesmo, visto que a produção de pesquisa hoje no Brasil está muito voltada à área de humanidades e de ciências sociais, e a aplicada à produção de novas tecnologias ainda tem um índice baixo.

Em primeiro lugar, acho fundamental se resolver o nó da banda larga. Gostaria que o senhor falasse mais sobre isso, porque não tem jeito, as grandes cidades têm um problema seriíssimo de acesso a um sistema de banda larga de Internet eficiente, sem intermitência e a um preço razoável. O Governo tem que ter uma ação mais efetiva nessa área. Eu resido na Baixada Fluminense. É muito comum lá a gente não ter sinal de Internet os bares.

Segundo, como articular melhor essa questão das universidades com o Ministério de Ciência e Tecnologia. Ministro, tem horas que eu penso, não tenho certeza ainda, que nós deveríamos tirar as universidades do MEC e jogar para o Ministério da Ciência e Tecnologia, porque o MEC tem dificuldade para cuidar até do ensino básico. Acontece que os reitores das universidades têm um nível de articulação muito grande e acabam pressionando o MEC, que acaba dando uma atenção grande para as universidades e pequena para o ensino básico. A gente não resolve o nó do ensino básico, da educação básica no Brasil e, ao mesmo tempo, a gente não consegue fazer com que as universidades desenvolvam uma rede eficiente de pesquisa aplicada às novas tecnologias. Então, como articular esses dois Ministérios mais o Ministério da Indústria e Comércio, que é importante nessa área também, para que tenhamos uma rede eficiente e efetiva de produção de



pesquisa na área tecnológica que venha agregar valor ao que se produz no Brasil, às exportações brasileiras.

**O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR** - Sr. Presidente, apenas para colaborar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR** - Discordando um pouco do que foi colocado há pouco sobre o trabalho da Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Eu só vou pedir para V.Exa. ser o mais rápido possível, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR** - Eu acho que a Comissão é nova, ela não está engatinhando, está até ágil demais. As coisas estão acontecendo, as relatorias estão vindo, os que estão querendo ser relatores estão se apresentando. Então, acho que o ritmo da Comissão está da forma que tem que ser conduzida.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Agradeço a V.Exa. Eu entendi o que V.Exa. falou. Nós estamos começando um trabalho, só para colaborar com o que o Deputado Marcelo Aguiar falou. Nós temos 96 relatorias distribuídas e vamos chegar a 100 logo, mas agradeço aos dois.

Deputado Paulão com a palavra; posteriormente, o Deputado Hélio Leite.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Gostaria de saudar o companheiro Aldo Rebelo, de Viçosa para o mundo, não é, Aldo? Cumprimento também o João, representando a equipe.

Primeiro, para ser bem sintético, conforme o Presidente solicitou, em relação a sua coragem quando faz uma dissertação da realidade conjuntural da economia brasileira e logicamente de como atinge o Ministério, o que não poderia ser um processo estanque. V.Exa. tem muita coragem e uma visão fleumática, como diz o jornalista José Elias, seu colega de caminhada.

Em relação aos questionamentos, eu percebo, logicamente, uma questão orçamentária nessa área que V.Exa. comanda agora e a importância da sinergia do Ministério com as universidades, que muitas vezes têm dotação orçamentária. O SEBRAE — Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — também tem um papel que a gente percebe, tem um orçamento considerável, mas a gente



não percebe essa experiência nessa área — claro que é uma área ainda nova — em relação as outras políticas públicas que conseguem estabelecer essa sinergia, mesmo respeitando o pacto federativo, principalmente no momento em que a gente atravessa. Como conjugar orçamento para uma meta fim da ciência e tecnologia?

Como V.Exa. conhece a realidade do Brasil, principalmente do Nordeste, o que a gente percebe, claro que é um fenômeno mundial, é a questão do êxodo rural, principalmente para os jovens. A ciência, a tecnologia e a informação têm um papel fundamental. O que o Ministério está pensando em relação a isso? Segurar um jovem numa comunidade rural, além daquelas questões básicas, normais da sociologia, como alimentação, moradia, etc. e tal, se não tiver TI, dificilmente ele terá um motivador para ficar no seu *locus*. Então, no que o Ministério está pensando, logicamente integrado aos Ministérios da Integração, das Cidades, enfim.

Parabéns, Aldo! Conte com o apoio da nossa Comissão. Parabéns, Presidente! Em nome do Deputado José Rocha, eu queria saudá-lo, porque foi S.Exa. o autor do requerimento, que foi aprovado por unanimidade. Assim, verifica-se o nível do debate e o carinho que esta Comissão tem por V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Parabenizo V.Exa., Deputado Paulão, pelas palavras.

Deputado Hélio Leite, a palavra está com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ministro Aldo e demais componentes da sua equipe, eu vim a este Parlamento remetido pelo povo do Pará. Estou aqui para poder também participar deste debate e das questões inerentes ao crescimento do Brasil, especialmente do Pará.

O senhor conhece o nosso Estado, que é muito grande, de dimensões muito maiores que de vários países deste mundo. É necessário que nós tenhamos do Governo Federal e do seu Ministério a coerência, a compreensão e, acima de tudo, o compromisso de poder levar ao Estado do Pará aquilo que é importante, haja vista que é um grande produtor de minério. E precisamos cada vez mais de tecnologia, da presença do Ministério no Pará para capacitar a juventude, buscar a condição de poder formatar mão de obra para que possa estar preparada para o crescimento que tem acontecido no Estado do Pará.



Eu gostaria de solicitar a V.Exa. que fizesse um trabalho diferenciado. V.Exa., Sr. Ministro, tem mostrado capacidade, coerência, simplicidade e, acima de tudo, comprometimento com o que faz, tanto no Parlamento quanto no Executivo. Que V.Exa. inove nesse Ministério, faça alguma coisa diferenciada.

Quem mora na Região Norte sabe da dificuldade que enfrenta a cada dia, seja na questão dos rios, seja na questão das estradas e no que se pode buscar como conhecimento. É importante que V.Exa. possa nos ajudar, fazendo um Ministério diferente. Primeiro, levando o Ministério a cada Estado, fazendo uma ampla discussão, fazendo um bom debate, buscando perceber o que está sendo posto, o que está parado e o que pode avançar.

Com certeza, Ministro, V.Exa. não só vai passar para a história, como tem passado, como um Ministro honrado e sério, mas também como um Ministro que busca cada vez mais a integração da população com o Poder Executivo, o que é fundamental.

Eu sugeri ao Presidente da Câmara que fizesse uma sessão itinerante nos Estados. Está acontecendo. Isso é importante. Mas eu queria dizer, Sr. Ministro, que, além dessa questão da participação do Ministério em cada Estado, que vai ser fundamental e inovador, que V.Exa. também pudesse nos ajudar em questões vitais no Pará. Os nossos meios de comunicação são precários. É preciso que V.Exa. nos ajude para que possamos também aprofundar cada vez mais e buscar as operadoras de telefonia que possam prestar um bom serviço. E o seu Ministério pode crescer e nos ajudar.

Portanto, finalizando, quero deixar, além da sugestão, que V.Exa. também, quando puder, fale o que tem disponível para fazer pelo povo do Pará.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Srs. Deputados, nós temos mais dois inscritos. Posteriormente, vou conceder a palavra ao Ministro para que faça as suas explanações. Mas, repito: eu gostaria muito de colocar a pauta em votação ainda hoje.

Com a palavra o Deputado Eduardo Cury e, posteriormente, o Deputado JHC.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Bom dia, Sr. Ministro, Sr. Presidente e colegas!





Ministro, como sabe V.Exa., eu venho de uma cidade que, como a do meu colega, o ex-Prefeito Barba, de São Carlos, e o Bilac, de Santa Rita, deve muito ao conhecimento e à ciência e tecnologia.

Eu queria corroborar as palavras do Pedro. Eu lamento que, neste momento do ajuste que deve haver, o setor de ciência e tecnologia esteja sendo sacrificado quando, em minha opinião, haveria um sem-número de outros setores que poderiam sofrer parte desse ajuste que não teria efeito nenhum para a população.

Mas eu entendo que, no âmbito do Ministério, é muito difícil essa situação. Para um Governo que tem uma agenda policial, é difícil para um Ministério técnico — e o senhor não faz parte dessa agenda policial — negociar que esse recorte não chegue também no setor que representa.

Queria abordar dois assuntos, tentando colaborar no âmbito do seu Ministério. São duas questões bastante específicas que trazem gargalos para o desenvolvimento do trabalho do Ministério e do Brasil. A questão de compras governamentais no setor de ciência e tecnologia é um gargalo bastante grande. A Lei nº 8.666 não representa mais esse setor. À tarde vai ser instalada a Comissão de vai tratar da revisão da Lei nº 8.666, e dela eu vou participar.

Mas o setor de ciência e tecnologia governamental tem uma enorme dificuldade de comprar qualidade, porque está engessado na mesma Lei de Licitação que rege as compras governamentais em todo o País, nas três esferas de poder. Isso gera uma situação gigante, que faz com que o Governo tenha que fazer uma ginástica, contratar empresas, criar empresas simplesmente para passar o contrato guarda-chuva, de forma que essa empresa, sim, possa escolher e comprar tecnologia.

A tecnologia não se compra por preço. Isso é um gargalo bastante grande do Governo, das pessoas que trabalham com V.Exa., e eu queria saber se tem alguma diretriz no sentido de dar essa maleabilidade para os setores ligados ao Governo, para que os institutos ligados ao Governo possam ter uma liberdade maior de especificar a compra de tecnologia.

A segunda questão — lembrando que conheço o caso de Santa Rita, do colega Bilac, que também é uma cidade que deve muito ao conhecimento e à tecnologia, do mesmo jeito que lá eles cresceram, apesar do Governo — é que esse



case da EMBRAER, esse case da indústria aeronáutica que é citado por todo mundo, em tudo quanto é lugar, tem muito mais a ver com o empreendedorismo de três pessoas: o Brigadeiro Casimiro, como V.Exa. muito bem lembrou, o Brigadeiro Paulo Victor e o Ozires Silva. Esse case não nasceu de uma política governamental, nasceu de empreendedores que conseguiram mobilizar o Governo para que isso acontecesse. E V.Exa. citou muito bem: o Brigadeiro Casimiro, que foi o grande mentor disso, teve a resistência do Brigadeiro Eduardo Gomes à época.

E, só para citar um caso para vocês — quem tiver curiosidade de ler a história disso, ela é muito bonita —, quando Ozires Silva requereu, porque achou que era o momento, naquela cadeia, de se iniciar a indústria de aviões do Brasil, e ele fez todos os trâmites no Governo, aquela briga no Governo, praticamente vindo a Brasília semanalmente, quando saiu a autorização para construir a EMBRAER, já fazia 1 ano que a EMBRAER estava pronta. Hoje isso seria impensável. Provavelmente, se o Ministro tentasse fazer uma coisa dessas, o Tribunal de Contas, a AGU e tudo o mais não deixaria que isso ocorresse.

Então, quero só deixar a contestação de que há necessidade de dar uma liberdade maior — eu estou defendendo o seu setor, Ministro, os órgãos que estão subordinados a V.Exa.—, porque ciência e tecnologia não são produto de prateleira. Há a necessidade de uma legislação específica para contratação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Tem a palavra o Deputado JHC. Posteriormente, falará o Ministro.

**O SR. DEPUTADO JHC** - Ministro Aldo Rebelo, tenho a alegria e a satisfação de sermos conterrâneos, eu, do Vale do Mundaú, e V.Exa., do Vale do Paraíba. Nossas histórias regionais se confundem, nosso grande guerreiro é Zumbi dos Palmares, e aqui estamos para repercutir e ecoar a bravura de um nobre alagoano. Desde já o parabênico pela condução dos trabalhos por onde passou, por ter nos orgulhado e por ser referência para a nova geração, também, dos jovens alagoanos.

Ministro, eu tive a felicidade, junto com os nobres Parlamentares desta Comissão, de protocolizar um requerimento para criarmos uma Subcomissão para tratarmos dos assuntos do desenvolvimento científico e tecnológico da Região Nordeste.



Nós sabemos que nós temos os centros tecnológicos, nós temos os conselhos, nós temos os fundos de amparo à pesquisa, nós temos várias formas de incentivar o desenvolvimento científico na Região Nordeste e diversificá-lo. O que nós observamos muito, ao longo desses últimos anos, conversando até com alguns estudantes, alunos, acadêmicos da Universidade Federal de Alagoas, é que hoje há uma pesquisa muito forte em relação à cana de açúcar e a alguns desses elementos já enraizados na nossa cultura econômica e social, e que nós precisávamos diversificar, até pelo fortalecimento do setor naquela região, e facilitar o estudo nessas áreas.

Mas nós precisamos diversificar. As nossas potencialidades são enormes. No Estado de Alagoas, nós temos energia solar, nós temos energia eólica, nós temos a biomassa, a GranBio, lá em São Miguel dos Campos, que faz o etanol de segunda geração, a lignocelulose, e nós precisamos discutir e nos aprofundar nesse tema.

E venho pedir a V.Exa. para que nós possamos diminuir a diferença, a discrepância que há em relação ao Nordeste — como na democratização do acesso à informação, através da grande rede da Internet, ou seja, da inclusão digital — e outros grandes centros no País. Então, se nós temos que ter igualdade no desenvolvimento do Brasil como um todo, nós precisamos crescer por igual e tratar os desiguais como desiguais.

É esse o apelo que faço.

Fico muito feliz de nós termos criado essa Comissão, e, por ser também da Região Nordeste, peço a V.Exa. que tenha um carinho todo especial por esta Subcomissão, e desde já agradeço a todos os Parlamentares, em nome do nosso Presidente Fábio Sousa.

Muito obrigado, Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Senhores, com a palavra o Ministro Aldo Rebelo.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, naturalmente eu não tenho nem a pretensão, nem a ambição, nem a ousadia de querer responder a tantas questões relevantes, postas aqui pelas senhoras e pelos senhores.



De qualquer maneira, eu quero assumir compromissos. O primeiro, que já havia adiantado ao nosso Presidente, é participar, se assim a Comissão decidir, das audiências públicas nos Estados e nas cidades que o Presidente e os integrantes da Comissão escolherem, para discutir a agenda nacional de ciência, tecnologia e inovação, naturalmente referenciada no Estado ou na região que os Srs. Deputados tomarem como prioridade.

Tenho, naturalmente, pela antiguidade, um nível razoável de informação sobre a situação dos Estados. Não conheço o parque de Frutal, mas sei da existência e da importância dele. Aliás, sei inclusive qual foi o secretário que fez esse parque. V.Exa. o conhece melhor do que eu. Foi um grande Secretário de Ciência e Tecnologia em Minas Gerais. Então, eu tenho informação sobre o parque, sei da importância dele, sei que nós precisamos tomar medidas para dar prosseguimento ao grande esforço, ao grande investimento realizado. Muitos recursos foram investidos nesse parque, nesse centro de pesquisa de águas. V.Exa. vai contar comigo para encontrar os caminhos para o Ministério ajudar e apoiar.

Deputada Tia Eron, acho que é importante ouvir a experiência da Marinha sobre ciência e tecnologia. A Marinha foi pioneira em informática no Brasil. Aliás, o primeiro computador brasileiro chamava-se Cisne Branco, exatamente por ser um projeto da Marinha — acho que com a UNICAMP — para informatizar os barcos que a Marinha havia adquirido na Inglaterra. A informática embarcada era muito cara, e a Marinha foi pioneira também nessa área, como é pioneira até hoje.

Mantém o nosso melhor programa voltado para o aproveitamento de energia nuclear, que é o programa do submarino, lá em Aramar, além do PROSUB, no Rio de Janeiro, todos eles conduzidos com maestria pela Marinha, que teve no Almirante Álvaro Alberto um dos grandes nomes da ciência e da tecnologia do Brasil. O fundador do Ministério foi também um oficial da Marinha, o Comandante Renato Archer, que era, originariamente, também funcionário da Marinha.

Eu vou aqui relevar as palavras do Deputado Arthur Virgílio Bisneto em relação ao meu Governo, porque eu sei o que o pai dele teve que ouvir quando foi Ministro e Líder do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO** - Sobre corrupção, ouviu muito menos.



**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Então, V.Exa. foi até...

**O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO** - Sobre corrupção, ouviu muito menos do que V.Exa...

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - V.Exa. foi até educado e generoso, em comparação ao que seu pai, de quem, aliás, sou muito amigo e admirador, tinha que ouvir aqui naquela época. E peço que transmita a ele minhas recomendações.

Isso aí, mais do que das nossas convicções, muitas vezes, faz parte das nossas obrigações de Governo e de Oposição.

Eu tenho, naturalmente, há muito tempo, um grande apreço e uma grande preocupação com a Amazônia. Acho que a busca de soluções para o desenvolvimento da Amazônia, protegendo a natureza, protegendo o meio ambiente, é um desafio permanente para o Brasil, assim como enfrentar preconceitos e a desinformação sobre a região, que, muitas vezes, prevalece em setores da intelectualidade, da própria imprensa, do Sul e do Sudeste.

Eu conheço a região há mais de 30 anos. Aliás, no fim dos anos 70, quando reconstruímos a União Nacional dos Estudantes, em 1979, foi a primeira vez que eu visitei a nossa querida cidade de Manaus.

Então, vou examinar essa questão que V.Exa. nos apresentou. Trata-se de um parque biotecnológico. É isso?

**O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO** - Sr. Ministro, é o Centro de Biotecnologia da Amazônia — CBA.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Certo, o Centro de Biotecnologia. Como a biotecnologia é uma das prioridades do Ministério e do Governo, eu vou me informar e dar uma resposta a V.Exa.

Acho que isso se associa à preocupação que foi apresentada aqui em relação à juventude no campo: *“Que alternativa você apresenta para segurar a juventude no campo?”* Com a apresentação de perspectivas de educação e de profissão no campo, o que hoje é muito difícil. Muitos jovens abandonam o campo, porque a renda é muito pequena, as oportunidades que aparecem são muito raras e muito difíceis. Mas creio que esse é um esforço que nós devemos fazer.

Deputado Sóstenes, meu conterrâneo ilustre — V.Exa. no Rio de Janeiro, e eu em São Paulo —, é o seguinte: o Rio de Janeiro já é um dos destinos mais



importantes em investimentos do Ministério. No Rio de Janeiro, nós temos centros de pesquisa de interesse público, como o CENPES, ligado à PETROBRAS, e também agora um grande investimento privado, se não me engano da GE, numa ilha perto do Fundão. Eu estive recentemente com o Presidente do COPPE, Luiz Pinguelli Rosa, e o nosso Ministério tem no seu horizonte, no seu mapa, o Rio de Janeiro como uma alternativa importante.

É claro que a gente vê a queda do preço do petróleo somente sob o aspecto negativo, porque hoje o Brasil está entre os grandes países produtores. Mas é preciso lembrar também que a queda do preço do petróleo não traz só prejuízo, uma vez que por um lado alivia também custos importantes daqueles que usam energia na sua atividade, na sua produção. Mas o Rio de Janeiro está de fato no nosso horizonte.

Quanto à questão das comunidades, eu vou examinar a proposta. É claro que a proposta tem que ser examinada com cuidado, porque ela pode inverter esse fluxo a que V.Exa. se refere. Hoje, apresentar o endereço da comunidade é motivo para se fechar a porta. É preciso que se tenha o cuidado de que o benefício não leve para a comunidade todos os endereços dos que procuram emprego. Então, eu acho que esse equilíbrio precisa ser encontrado, mas nós também estamos dispostos a ajudar V.Exa. a examinar a questão.

Deputado Vitor Lippi, de Sorocaba. A última vez que estive em Sorocaba foi para visitar o centro de treinamento onde ficou uma das seleções que participou da Copa do Mundo, no ano passado.

**O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI** - Do Atlético.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Isso, do Atlético. É um belo centro de treinamento, aliás. Eu estou disposto a visitar a cidade com V.Exa. e fazer uma agenda lá. Para mim, mais do que uma obrigação funcional, será uma alegria.

São José dos Campos tem esse destino incontornável. Aliás, no sábado, iremos até lá para inaugurar uma área nova do parque tecnológico, que conta com recursos federais e do Governo de São Paulo. O Governador estará lá e, provavelmente, V.Exa. também.

Quanto à recomposição do fundo...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - V.Exa. dispõe de 3 minutos para concluir, Sr. Ministro.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Vou concluir, Sr. Presidente.

Eu já estive em Ponta Grossa, com o Deputado Sandro Alex e posso voltar lá para fazer também uma discussão sobre o parque tecnológico. Estivemos lá em Castro.

A recomposição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é um compromisso nosso — meu! E acho que nós vamos encontrar o caminho para fazer essa recomposição. Os nossos secretários estão estudando as formas, porque eu tenho que chegar com uma proposta de como essa recomposição será feita, por quais caminhos. Um dos caminhos é via Fundo Social do Pré-Sal, mas há outras alternativas que nós estamos vendo.

A ampliação da banda larga, a universalização da banda larga é também um desafio da ciência e tecnologia, e há fundos que podem ser usados para isso.

Bem, Sr. Presidente, naturalmente V.Exa. ainda tem uma agenda, e eu não quero esgotar todos os temas. Não sei se deixei alguma questão aqui sem resposta, provavelmente sim...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Ministro, desculpe-me por interromper V.Exa. Eu pedi à nossa assessoria para pegar as notas taquigráficas desta sessão e repassá-las a V.Exa., para que saiba tudo aquilo que foi observado por todos os Deputados.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Eu concluo dizendo que sou amigo antigo do Pará, frequento o Pará há muitas décadas, não só a capital, como o interior. A minha última visita foi a Novo Progresso, lá no coração da selva. Então, eu me comprometo a participar com V.Exa., lá no Pará, em Belém ou onde for necessário, para discutirmos do ponto de vista da ciência, tecnologia e inovação o apoio ao processo de desenvolvimento do Pará. Eu posso me comprometer com V.Exa. para fazer essa agenda.

Então, eu espero voltar aqui o mais brevemente possível, meu conterrâneo ilustre. Leve minhas recomendações a seu pai.



E, quanto a Alagoas, não preciso dizer-lhe que merecerá da minha parte, como sempre mereceu, independentemente do partido que governou o Estado, a minha atenção e o meu carinho.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Ministro Aldo, antes de V. Exa. se despedir, a sua sugestão já está acatada. Vou providenciar oficialmente e farei o requerimento, no momento devido, para fazermos uma audiência em nosso Estado de Alagoas, e V.Exa. fazer a exposição dos planos e metas do Ministério da Comunicação.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Já fiz uma reunião com o Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa, com o Secretário de Ciência e Tecnologia, já levantamos algumas coisas. Mas podemos fazer sim em Alagoas.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Vamos fazer uma audiência pública. Vou apresentar o requerimento no momento exato.

**O SR. MINISTRO ALDO REBELO** - Se quiser fazer em Viçosa, a honra será...

**(Não identificado)** - Eu já ia propor isso.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - É o centro do mundo, não é? *(Risos.)*

**(Não identificado)** - E já confirmo a minha presença à audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente, perfeitamente.

Quero agradecer mais uma vez a presença do Ministro Aldo Rebelo e lhe dizer que, nos momentos por que o Brasil está passando, penso eu que é um alento saber que V.Exa. está no Ministério.

Peço a todos os Deputados e Deputadas 1 minuto de atenção. Peço escusas ao Ministro por não acompanhá-lo, mas vou solicitar ao Deputado Sandro Alex, nosso Vice-Presidente, que o acompanhe enquanto se retira. E me escuse também, Ministro, por não citar nominalmente os seus secretários, mas, por favor, recebam os meus cumprimentos. Assim procedo, pelo avançado da hora.

Srs. Deputados, por gentileza, permaneçam na sala da Comissão, porque nós temos uma pauta, e eu gostaria de pelo menos andar um pouco com ela. Em menos de 1 minuto, começaremos a apreciar a pauta.

Agradeço, Ministro, mais uma vez, pela presteza. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Havendo número regimental, vamos dar sequência aos trabalhos.





Leitura e votação da ata da 3ª Reunião.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - O Deputado Silas Câmara solicita a dispensa da leitura da ata.

Em votação a dispensa solicitada.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a dispensa da leitura da ata.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação a ata.

Os Deputados e as Deputadas que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Deputado Silas Câmara, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a inversão da pauta. Sou o Relator da Proposta de Fiscalização e Controle nº 62, de 2011, e preciso, como eu disse a V.Exa., participar de uma reunião daqui a pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Comunico a V.Exas. que vou fazer a leitura do expediente ao final da sessão.

Srs. Deputados, há sobre a mesa requerimento de inversão da ordem dos trabalhos: *Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 50, inciso I, do Regimento Interno, a inversão da ordem dos trabalhos para deliberar sobre a PFC 62, de 2011, item 8.*

Assina o Deputado Silas Câmara, Relator.

Os Deputados que estiverem de acordo com a inversão permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Srs. Deputados, Sr. Deputado Silas Câmara, há sobre a mesa também um pedido de retirada de pauta do mesmo projeto, de autoria da Deputada Margarida Salomão: *Requeiro a V.Exa., com base no art. 117, inciso...*



**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, a Deputada não está presente, e o Regimento é muito claro...

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que subscrevi o requerimento da Deputada Margarida Salomão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - V.Exa. mantém a subscrição?

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Mantenho a subscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - O requerimento de retirada de pauta, subscrito pelo Deputado Paulão, é nos seguintes termos: *Requeiro a V.Exa., com base no art. 117, inciso VI, do Regimento Interno, a retirada de pauta da PFC 62, de 2011.*

Assina o Deputado Paulão.

Os Deputados que estão de acordo...

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, por gentileza, permita-me falar sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Concedo a V.Exa. a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Era exatamente isso o que eu gostaria de fazer. Eu quero recorrer ao Plenário sobre a retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente, eu estou colocando em votação a retirada de pauta.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Com a palavra o Deputado Paulão.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, esta Comissão está começando agora, e todos conhecem a trajetória da Deputada Luiza Erundina nesta Casa. Não é nossa colega de partido, mas há toda uma história sobre ela. Por uma questão de força maior, ela não está presente. Mas existe um processo diplomático nesta Casa e até em outras Comissões, em que se faz pedido de vista. Principalmente, agora que estamos começando os trabalhos, deveríamos evitar a votação. Nesse caso, o pedido de vista é regimental, e eu queria que o bom senso prevalecesse, até pela ausência da Deputada, e a gente adiasse a votação por 1 semana. Para que esse momento de polarização no começo dos trabalhos?



**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, eu sou o Relator da matéria e gostaria de falar sobre o tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Posteriormente, eu vou lhe conceder a palavra.

Deputado Paulão, como todos nós, eu sou escravo do Regimento. Se o Regimento me instrui a colocar em votação o requerimento, é o que vou fazer. Se o Plenário acatar, vai ser retirado. Eu sou escravo do Regimento.

Com a palavra o Deputado Silas Câmara.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, o Deputado Paulão está como titular da Comissão, neste ano, e talvez lhe falte a informação de que no ano passado esse projeto foi retirado várias vezes de pauta. Fizemos audiências públicas, o projeto foi exaustivamente debatido na Comissão e está maduro para ser votado.

Sr. Presidente, V.Exa. e todos os Deputados aqui devem conhecer o conteúdo dessa PFC, que quer agregar ao exaustivo sistema de fiscalização das redes de comunicação, feito pela ANATEL e pelo Ministério, o Tribunal de Contas da União. Eu não consigo enxergar a necessidade disso, num momento em que o País está à mercê de uma corrupção tão intensa, e o Tribunal de Contas da União já está assoberbado de tanta fiscalização para fazer, num momento como este de agregar o Tribunal de Contas.

Portanto, eu peço a V.Exa. que ponha em votação, já que sou Relator e que já participei nesta Comissão de várias retiradas de pauta desse PFC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Eu só quero lembrar aos senhores que nós só estamos votando o requerimento, ainda não é o projeto.

Com a palavra o Deputado Paulão.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Exato. Eu vou solicitar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente. Mas V.Exa. mantém o requerimento?

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Mantenho o requerimento.

**O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX** - Sr. Presidente, quero questionar aqui o Deputado Paulão. V.Exa. está fazendo um pedido de retirada de pauta, um pedido de vista...?



**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Não, primeiro, retirada de pauta. Se, na retirada de pauta, com o apelo que fiz, mesmo previsto no Regimento, o bom senso prevalecer... Se por acaso não for o caminho, eu solicito pedido de vista, o que é regimental.

**O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX** - Sr. Presidente, o pedido de retirada de pauta já foi feito anteriormente. O que cabe é um pedido de vista, regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Segundo a assessoria, ainda cabe o requerimento de retirada de pauta.

**O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX** - Aí, coloca-se em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Eu vou colocar em votação, e o Plenário vai deliberar.

Primeiro, Srs. Deputados, o requerimento do Deputado Paulão, que requer, com base no art. 117, inciso VI, do Regimento Interno, a retirada de pauta do PFC 62/11.

Os Deputados que estiverem de acordo com a retirada, permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - O requerimento foi rejeitado.

O Deputado Paulão votou contra. *(Pausa.)*

Vou colocá-lo em pauta no momento oportuno...

Portanto, Srs. Deputados, Proposta de Fiscalização e Controle nº 62, de 2011, da Sra. Luiza Erundina, que *“propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em concurso com o Tribunal de Contas da União, realize auditoria de natureza operacional sobre os procedimentos adotados pelo Poder Executivo para fiscalizar a prática de subconcessão, arrendamento ou alienação a terceiros promovida por concessionários e permissionários de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens sem a autorização competente”*.

Com a palavra V.Exa., Deputado Paulão.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Regimentalmente, sou obrigado a conceder vista a V.Exa. Concedo vista a V.Exa.



**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta. Tendo em vista que V.Exa. vai conceder vista, não será possível ler o relatório, após o que concede-se vista e, na próxima reunião, então, V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Deputado Silas, na próxima reunião, nós vamos ter que colocar em votação o projeto.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Como há o pedido de vista, ele fica prejudicado.

**A SRA. DEPUTADA TIA ERON** - Pela ordem, Sr. Presidente, eu quero solicitar pedido de vista conjunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente, concedido o pedido de vista a V.Exa., Deputada Tia Eron, ao Deputado Marcelo Aguiar, ao Deputado Anderson Ferreira, de Pernambuco, ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO ALVES** - Pela ordem, Sr. Presidente, eu gostaria também de pedir vista conjunta, Deputado Roberto Alves.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Deputado Roberto Alves também, e Deputado Cabuçu Borges.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Sr. Presidente, Deputado Hélio Leite também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Deputado Hélio Leite, do Pará, e Deputado Flavinho, de São Paulo. Perfeitamente, quase foi vista em conjunto.

Continuamos com a pauta.

Srs. Deputados. Srs. Deputados, nós não recebemos ainda a indicação, por parte da Liderança da bancada, do Deputado Carlos Sampaio, de quem será o ocupante da Terceira Vice-Presidência, para que se coloque em apreciação.

Portanto, passo aos requerimentos.

Requerimento nº 15, de 2015, da Sra. Luciana Santos e outros, que *“requer a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Educação, de Seguridade Social e Família e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, destinada a discutir as políticas públicas de apoio e incentivo ao ensino e*



*assistência, à pesquisa, ao intercâmbio de experiências dos Hospitais Universitários e de Ensino”.*

A Deputada Luciana não se encontra. O Deputado Paulão vai subscrever o requerimento?

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sim, Sr. Presidente. Eu gostaria de subscrever o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - A palavra está com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MARCELO AGUIAR** - Sr. Presidente, gostaria também de subscrever esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente.

O requerimento, subscrito pelo Deputado Paulão, pelo Deputado Marcelo Aguiar e pela Deputada Luciana Santos, está em discussão.

Os Deputados que o aprovam queiram ficar como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 16, de 2015, dos Srs. Arthur Virgílio Bisneto e Bruno Araújo, que *“solicita seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República — SECOM, Thomas Traumann, nesta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca das denúncias de supostas contratações de robôs e financiamentos de blogs para favorecer o governo federal”.*

Com a palavra o autor, Deputado Arthur Virgílio Bisneto.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO** - Sr. Presidente, quero somente fazer uma correção. V.Exa. participou comigo ontem de um acordo com o Líder Leonardo Picciani, do PMDB, para nós mudarmos o requerimento de convocação — e estou fazendo isso oralmente — para convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO** - E inclusive, há poucos instantes, tive a informação de que houve a aprovação do mesmo requerimento na Comissão de Fiscalização e Controle.

Por isso, gostaria de contar com o apoio dos nobres colegas, para que nós possamos em conjunto realizar esta audiência, uma vez que é algo preocupante para o País o direcionamento de propaganda, da forma como o Secretário Traumann está tentando executar. Eu não sei se ele vai estar vivo e no Governo até



essa convocação, porque é um dos nomes a serem retirados, de acordo com a mídia nacional.

Sr. Presidente, eu gostaria de contar com o apoio dos colegas para que nós possamos, em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle, realizar essa audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente. Eu só quero informar aos Srs. Deputados que há o Requerimento nº 18, do Deputado Heráclito Fortes, que trata do mesmo assunto.

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - O Deputado Heráclito Fortes esteve aqui antes e disse que concorda que o requerimento seja do mesmo teor da proposta do Deputado Arthur Virgílio Bisneto: em vez de convocação, que seja convite, em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Votaremos, então, em conjunto.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Paulão.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, independentemente do pedido do Deputado Arthur Virgílio Bisneto, que já fez a discussão do mérito — e, por isso, não vou fazê-lo —, quero parabenizá-lo.

Eu acho que a diplomacia é importante. V.Exa. apresentou um requerimento que, num primeiro momento, era de convocação. O bom senso prevaleceu, e V.Exa. achou melhor transformá-lo em convite, além de anexar ao seu requerimento o do Deputado Heráclito Fortes. Está havendo concordância, o que eu acho importante para fluir a democracia e, ao mesmo tempo, para a diplomacia transformar o requerimento de convocação em convite, com unificação dos dois requerimentos.

Quero parabenizá-lo, Deputado, pelo bom senso.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO** - Deputado Paulão, eu agradeço a V.Exa. as palavras. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Quero somente fazer uma observação. Quero parabenizar V.Exa., Deputado Arthur Virgílio Bisneto, bem como colaborar com o que disse o Deputado Paulão.

Visivelmente, se o requerimento de convocação fosse colocado em votação, seria aprovado. É pelo menos o que eu penso, não tenho aqui como prever o futuro.



Mas a sua atitude de transformar o requerimento em convite merece todo o respeito desta Comissão.

Em votação os Requerimentos nºs 2 e 4.

Os Srs. Deputados que concordam com os teores dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - Sr. Presidente, somente uma observação. O requerimento ficou com o mesmo teor do requerimento da Comissão de Fiscalização e Controle?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente. Os dois são requerimentos de convite, subscritos pelos Deputados Arthur Virgílio Bisneto e Heráclito Fortes.

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um esclarecimento. Tive informação da assessoria — a diplomacia como ato interno é importante — de que o Secretário de Comunicação da Presidência virá a esta Comissão no dia 8 de abril. Esse é um dado importante para a realização do debate. Então, não haverá impedimento algum.

No dia 8 de abril, o Ministro Traumann estará nesta Comissão para fazer o debate com todos os Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Eu peço à assessoria do Ministro que oficialize — se não estiver sendo feito por meio do Deputado Paulão — o pedido à Presidência, para que a gente possa essa reunião.

Vamos ao próximo item.

Item 3.

Requerimento nº 17, de 2015, do Sr. Hélio Leite, que *“requer a realização de mesa-redonda com a ANATEL e as empresas de telefonia: Claro, Oi, Tim, Vivo, para debater a qualidade dos sistemas de telefonia fixa e móvel do país e esclarecer sobre a atualização das tecnologias do sistema”*.

Com a palavra o Deputado Hélio Leite, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Sr. Presidente, é necessário fazermos uma discussão para ver como se encontram as companhias de telefonia móveis no





Estado do Pará, haja vista que a venda de *chips* naquele Estado é muito grande, e nós temos várias cidades, agrovilas e outros locais em que não há sinal telefônico.

Precisamos também discutir a qualidade do sinal, que é precária, e inerente a esses sistemas. Eu fiz este requerimento que solicita esta discussão seja feita no Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Sr. Deputado Hélio Leite, posteriormente concederei a palavra a V.Exa. Mas, antes, informo a V.Exa. e à Comissão algo que considero importante. O sindicato e os representantes das empresas fizeram visita à Presidência e nos disseram, até para que V.Exa. saiba, que estão dispostos a participar de todas as audiências para as quais forem convidados. Embora regimentalmente V.Exa. tenha suas prerrogativas, que têm de ser respeitadas, eles pediram que, se a audiência pública fosse realizada aqui em Brasília, poderiam participar das discussões representantes das empresas que detêm mais conhecimento, até com cargos de diretoria, etc. e tal.

Trago esta informação apenas porque me pediram para passá-la a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Sr. Presidente, para trazer representantes de cada organismo do Pará é complicado. São empresas que estão perdendo o sinal de Internet, que não conseguem viabilizar seus negócios, são comunidades, instituições de ensino e hospitais que estão parados. Acho importante a sua argumentação, mas, se as audiências puderem permanecer no Pará, eu ficarei grato a V.Exa. e aos meus pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente. Só passei a informação, porque quis ser justo com meus pares.

Tem a palavra para discutir o Sr. Deputado William Woo.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Sr. Presidente Fábio Sousa, queria falar do mérito, da importância desse requerimento, que é muito parecido com o Item 5 da pauta, do Sr. Deputado Rômulo Gouveia, e lembrar que criamos uma Subcomissão para tratar deste assunto. Não sei se poderíamos deixar os dois requerimentos para serem tratados por esta Subcomissão que vai tratar, além da telefonia móvel, das TVs por assinatura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Sr. Deputado, não entendi a sugestão de V.Exa.



**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - A sugestão é para que os Srs. Deputados Hélio Leite e Rômulo Gouveia se reúnam com os membros dessa Subcomissão que aprovamos. Dessa forma, juntaríamos essas convocações, porque esse é o trabalho da Subcomissão que criamos para tratar das empresas operadoras de telefonia e TVs por assinatura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Concordo com V.Exa. Vamos aprovar ou rejeitar o requerimento. Vou colocá-lo à apreciação do Plenário. Posteriormente, na próxima sessão gostaria já de fazer a instalação das Subcomissões. Acho que nada nos impede de fazer as audiências públicas juntamente com a Subcomissão, até porque vai tratar do tema.

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - Sr. Presidente, não há nenhuma dificuldade em unificar o meu requerimento ao do Sr. Deputado Hélio Leite. Apenas farei uma única observação sobre a qual havia conversado com S.Exa. em relação ao seu desejo de realizar as audiências no próprio Estado. Mas, da minha parte, acato a sugestão do Sr. Deputado William Woo. Não há nenhuma dificuldade na unificação do teor do Item 3 ao do Item 5. Poderemos realizar uma única mesa-redonda ou audiência pública para tratar do assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Leite.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Sr. Presidente, como não foram instaladas ainda as Subcomissões, sugiro ao Plenário que seja aprovado o meu requerimento. Posteriormente, conversaremos com a Subcomissão e detalharemos o assunto, não só em relação ao Pará, mas ao Brasil todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente, Sr. Deputado. Como está na pauta, vamos colocá-lo em apreciação.

Então, Srs. Deputados, coloco em apreciação o Item 3 e o Item 5, em conjunto, dos Srs. Deputados Hélio Leite e Rômulo Gouveia.

A diferença, pelo que o Sr. Deputado Rômulo Gouveia mostrou, é só que o Sr. Deputado Hélio gostaria de fazer as audiências no Pará, e o Sr. Deputado Rômulo não.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Então, vamos votá-los separadamente, neste caso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente, vou submetê-los à votação em separado.

O Requerimento nº 17, de 2015, do Sr. Deputado Hélio Leite, está em votação.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O Requerimento nº 19, de 2015, do Sr. Deputado Rômulo Gouveia, *“solicita a realização de Reunião de Audiência Pública com o Presidente da ANATEL, os órgãos de proteção e defesa do consumidor e os Presidentes das Companhias Oi, Claro, Tim e Vivo/Telefônica para que prestem esclarecimentos sobre os motivos das operadoras de telefonia móvel constarem sempre em primeiro lugar no ranking de reclamações e quais as medidas a serem adotadas para que esse quadro seja alterado”*.

Pergunto ao Sr. Deputado Rômulo Gouveia se gostaria de usar da palavra.

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - Sr. Presidente, só complementar, gostaria de dizer que um dos objetivos maiores também é tratar, por exemplo, da falta de cobertura de telefonia na zona rural em todos os Estados. Este é um assunto.

Outro assunto de que também tratei na legislatura passada é para que voltem os investimentos do FUST; que eles sejam revestidos para a melhoria dos serviços.

Mas, enfim, peço a aprovação do requerimento aos Srs. Deputados e Deputadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Está em discussão o requerimento *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item 6. Requerimento nº 20, de 2015, do Sr. Deputado William Woo, que *“requer a realização de Audiência Pública para discutir as pesquisas e a indústria de produtos de nanotecnologia, o mercado e seus efeitos sobre o meio ambiente”*.



Com a palavra o Deputado William Woo, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Obrigado, Sr. Presidente.

Peço apoio aos nobres pares para aprovar essa audiência pública, para tratar de nanotecnologia que vem crescendo no Brasil. Alguns projetos nesta Casa têm trazido a questão da nanotecnologia e a questão ambiental.

A ideia era trazer representantes de universidades a essa audiência pública, o coautor do Projeto nº 5.133 e do Projeto nº 6.741, de autoria do Deputado Sarney Filho, que tratam da questão do meio ambiente e da nanotecnologia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Está em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Sr. Presidente, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Item 7 da pauta.

Recebo aqui o requerimento, de autoria da Deputada Margarida Salomão e do Deputado Paulão — S.Exa. está presente —, que solicitam a retirada de pauta do PL nº 5.735, de 2013.

Deputado Paulão, V.Exa. gostaria de usar da palavra, para esclarecer?

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, é o item 7?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, sou Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - V.Exa. é Relator.

V.Exa. gostaria de usar da palavra? *(Pausa.)*

Pede-se a retirada de pauta.

V.Exa. gostaria de usar da palavra?

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Não, tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Perfeitamente.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*



Aprovada a retirada de pauta do PL 5.735/13, requerida pelo Deputado Paulão.

Já discutimos o item 8.

Só quero lembrar aos Srs. Deputados que foram muitos os que pediram vista do item 8. Pelo prazo regimental, provavelmente na próxima reunião já iremos discutir. Serão duas sessões no plenário principal.

Item 9. Projeto de Lei nº 3.919, de 2012, dos Srs. João Ananias e Chico Lopes, que *“altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que ‘Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado’, disciplinando a aplicação de sanções às prestadoras dos serviços de televisão por assinatura”*. Relatora: Deputada Luciana Santos.

A Relatora é a Sra. Deputada Luciana Santos. Como S.Exa. não se encontra e, regimentalmente, o Relator precisa usar da palavra em primeiro lugar, eu, por ofício, retiro de pauta o projeto relativo ao item 9.

Item 10. Projeto de Lei nº 5.533, de 2013, do Sr. Silas Câmara, que *“acrescenta dispositivo à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para permitir que as entidades autorizadas a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão — RTV — possam realizar inserções locais de programação e publicidade, na forma que especifica”*. Relator: Deputado Izalci. Parecer: pela rejeição.

O Deputado se encontra em plenário?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Temos também o voto em separado do Deputado Wladimir Costa.

Com a palavra V.Exa., Relator.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Peço a V.Exa. para ir direto ao voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Está em discussão.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Voto do Relator.

“Atualmente, a geração de conteúdo local por retransmissoras de televisão é, por regra, proibida. Há, contudo, duas exceções. Nas cidades nas quais não haja geradora de TV ou emissora de rádio, as retransmissoras podem fazer inserção de publicidade local. Contudo, tais materiais publicitários não podem ser oriundos



diretamente da retransmissora. Eles devem ser transmitidos pela respectiva geradora da qual a retransmissora capta os sinais para, só então, serem retransmitidos localmente. Outra exceção foi concedida às retransmissoras localizadas em fronteiras de desenvolvimento. Essas entidades podem inserir e transmitir localmente tanto programação quanto publicidade, em limites estabelecidos por decreto.

Na prática, pouco são os Municípios que hoje não contam nem com uma geradora de TV nem com uma emissora de rádio. Assim, a maior parte das retransmissoras legalmente autorizadas a gerar conteúdos locais são aquelas localizadas na região de fronteira de desenvolvimento.

Para melhor ilustrar o impacto que a alteração proposta pelo projeto em análise irá trazer, basta citar o número de retransmissoras que passarão a ser também geradoras de conteúdo local. Atualmente, por força do que prevê o art. 33 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, que aprova o regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, em conjunto com ato do Ministro das Comunicações que considera “fronteira de desenvolvimento” a área compreendida pela região da Amazônia Legal, aproximadamente 850 retransmissoras de TV estão instaladas nessa região, podendo, portanto, inserir programação e publicidade local. Com a ampliação desta regra, que passaria a abranger as retransmissoras de todo o território nacional, teríamos não mais 850, e sim mais de seis mil entidades aptas a inserir conteúdos locais em suas transmissões.

Note-se que essas seis mil entidades, ao serem autorizadas a irradiar conteúdos próprios, iriam passar a competir com as cerca de 300 geradoras de televisão instaladas em todo o País por audiência e por verbas de publicidade. Contudo, deve-se ressaltar que a competição entre essas duas categorias seria completamente injusta: enquanto as geradoras são concessionárias, que recebem suas concessões por meio de procedimento licitatório na modalidade concorrência, de técnica e preço, as retransmissoras recebem autorizações gratuitas. Além disso, as geradoras de televisão devem cumprir uma série de regras estabelecidas na Constituição e na legislação em vigor, o que não se aplica às retransmissoras.



Desse modo, não nos resta outra alternativa senão oferecer voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.533, de 2013.”

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Sras. e Srs. Deputados, eu vou colocar a matéria em discussão.

Peço a atenção dos senhores. Regimentalmente, caso o relatório seja rejeitado, nós vamos designar um novo Relator, que poderá ser o Deputado Wladimir, e S.Exa. poderá apresentar voto em separado.

Só estou colocando o Regimento, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, eu não entendi. Quer dizer que o voto em separado do Deputado Wladimir não vai ser votado como alternativa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Pode ser, sim, mas depois do parecer do Relator.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - O.k. Já entendi, na mesma reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Se o Relator rejeitar, ele naturalmente se torna o novo Relator.

Em discussão.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Tem a palavra o Deputado Silas Câmara.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a esta Comissão, aos homens e mulheres que aqui estão representando seus Estados.

Eu sou do Estado do Amazonas, Sr. Presidente, e sou membro titular desta Comissão há 20 anos. Lá no Estado do Amazonas, como nos Estados da Amazônia Legal e nos Estados de fronteira, conforme relatou o Deputado Izalci, há uma concessão, por decreto, de que 25% da programação das retransmissoras sejam geradas e transmitidas pelas retransmissoras locais, que fazem um trabalho social impressionante nessas regiões.

Por que as áreas de fronteiras foram incluídas também junto com a área da Amazônia? Por conta da cultura, Deputado Sandro Alex, porque quem mora em



Estado de fronteira tem o desafio de disputar a cultura com os países vizinhos, cujos costumes e culturas são completamente diferenciados.

Muito bem. Esteve nesta Comissão o Ministro Paulo Bernardo para fazer um debate sobre a universalização e a democratização da comunicação de massa. Levantei uma questão para S.Exa., que aqui estava à época, perguntando-lhe se não fazia parte da visão estratégica do Governo, como democratização da comunicação, expandir para todos os Municípios brasileiros a possibilidade de as RTVs, apenas 15% de sua programação poder gerar algo local. Eu estou falando de jornalismo, de programas educativos e culturais.

Meu Presidente, Deputados, companheiros que aqui estão, imaginem vocês, que são de Estados como o Rio Grande do Sul... Vamos mais para o Nordeste, o Estado da Bahia, por exemplo, em que um Município está lá no extremo Sertão, tem uma retransmissora, e o proprietário não pode gerar um jornal local nem um programa cultural local nem um programa educativo local.

Então, Sr. Presidente, a discussão girava, em termos técnicos, em torno do que é TV e o que é RTV. Vou repetir para o senhor: uma TV gera 24 horas por dia; uma RTV só poderia gerar 15% da sua programação para inserir um jornal local, programas culturais ou educativos. Ou seja, isso é a garantia da cultura do Município e da informação, que não pode ser negada, inclusive pela Constituição Federal.

O Sr. Ministro disse sabe o quê, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Olhem para mim. O Sr. Ministro disse bem assim: *“Por decreto eu não posso fazer, mas, se fizer o projeto de lei, o Governo não tem nada contra”*. Tanto é, que o Governo não está refutando o projeto. Isso foi a palavra do Sr. Ministro Paulo Bernardo. Muito bem, baseado nessa audiência pública que esta Comissão fez, eu produzi o projeto de lei, que levei inclusive ao Ministério das Comunicações, e tive, à época do Sr. Ministro, a aprovação da elaboração do conteúdo para que nós pudéssemos debater.

Então, eu queria pedir a V.Exas. a rejeição do relatório no aspecto que eu estou explicando para vocês, que não é uma interferência no sistema comercial brasileiro de comunicação. Não. Todo o resto permanece, como o Deputado Izalci acabou de ler. No entanto, essas retransmissoras dos Estados de V.Exas., dos Municípios mais distantes, poderiam gerar apenas 15% para fazer jornalismo, programa educativo e cultural.





Portanto, eu peço, como autor do projeto, a rejeição do relatório para que possa haver um voto alternativo, para que nós possamos votar pela aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Com a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu não conheço o voto em separado. Nós fizemos, de fato, audiência pública, e eu coloquei os aspectos técnicos. Mas poderíamos adiar a votação para a próxima reunião, para que todos tenham conhecimento dos argumentos do voto em separado. E, às vezes, quem sabe, nós possamos buscar o entendimento.

Portanto, peço a V.Exa., se for possível regimentalmente, que possamos iniciar o processo de votação e ainda a discussão, se possível, porque tem o voto na sessão seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - A matéria está em discussão. Se se iniciar a votação...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não. Antes de entrar na votação. Eu estou pedindo a V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Regimentalmente é possível.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É possível. Então, eu prefiro retirar, para conhecer os argumentos do voto em separado e buscar um entendimento, porque eu não tenho nenhuma dificuldade com relação a essa matéria. Eu só relatei tecnicamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Deputado Izalci, mesmo que aqui eu tenha o papel de presidir a Comissão, eu só quero dizer, como membro da Comissão, que as palavras do Deputado Silas Câmara têm certo fim. Objetivamente, o Deputado tem colocado uma preocupação que as RTVs têm em todo o Brasil todo. E isso é muito sério. Dependendo do local, é muito sério isso que o Deputado está colocando.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É por isso que eu faço um apelo a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - É direito de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Então, solicito a V.Exa. a retirada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Está retirado de pauta, então, a pedido do Relator.

Com a palavra V.Exa., Deputado Silas.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, eu só faço um apelo ao Deputado Izalci — eu conheço o Deputado Izalci, é um companheiro valoroso, muito competente, estudioso da matéria — para que nós possamos trazer o projeto na próxima semana.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não tenha nenhuma dúvida. Na quarta-feira, estarei com o voto modificado ou mantido.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Eu agradeço a V.Exa., Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fábio Sousa) - Srs. Deputados, peço a todos que prestem atenção no expediente.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

Primeiro, da Deputada Tia Eron, convite da Marinha do Brasil para participarmos de visita oficial ao seu Programa Nuclear, a realizar-se nos dias 9 e 10 de abril, nas cidades de Iperó, São Paulo, e Itaguaí, Rio de Janeiro;

Segundo, convite da ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), e da NAB (National Association of Broadcasters) para visitarmos a NAB Show, no período de 11 a 16 de abril em Las Vegas, Nevada, Estados Unidos; e

Terceiro, convite da ABERT para participar de um café da manhã, a realizar-se no dia 9 de abril, em Brasília.

Há também justificativas de ausência dos Deputados: Júlio Campos, nos dias 16 e 17 de dezembro; Benito Gama, no dia 17 corrente; Paulo Abi-Ackel, no dia 11 corrente; José Rocha, de 23 a 6 de abril.

Comunico aos senhores que foram distribuídas aos Relatores as proposições, cuja relação foi encaminhada por meio eletrônico. Quando houve desencontro, foi tomada decisão pelo próprio Presidente. E foi publicado no *Diário da Câmara* e na página da Comissão do dia 19 corrente.

Encerro esta sessão agradecendo a presença de todos os Srs. e Sras. Deputadas.



---

Não havendo mais nada a tratar, convoco reunião da Comissão não para o dia 1º de abril, porque a Casa não funcionará dia 1º, pelo que informou o Presidente Eduardo Cunha. Então, convocarei a próxima reunião para o dia 8 de abril.

Está encerrada a presente reunião.